

Padre António Vieira

a architectónica do Quinto Império na carta *Esperanças de Portugal* (1659)

O Quinto Império
consiste no estado perfeito
e realizado ou consumado
do Reino de Cristo
em todo o mundo;
é o reino em que todos os
Príncipes e nações e povos
viverão em paz segurança,
cessarão todas as guerras,
as comunidades serão boas
observantes da lei divina,
sendo Cristo adorado
e obedecido por todos;
pressupõe-se que a justiça
seja universal,
o bem-estar pleno e todas
as qualidades humanas
negativas desaparecerão.

Miguel Real
Centro de Literaturas
de Expressão Portuguesa
das Universidades de Lisboa

A recuperação da obra profética de Pe. António Vieira

Entre 1777, fim do consulado de Marquês de Pombal, e 1933, ano de implantação do Estado Novo, a obra de Pe. António Vieira viu-se contaminada pelo labéu da “lenda negra” que envolvia toda a actividade dos jesuítas. Durante este longo período de tempo, são apenas valorizados os *Sermões*, que recebem várias edições parciais. A confusão entre o seu nome e a autoria da obra *A Arte de Furtar* contribuiu para aprofundar o juízo negativo sobre a sua obra. Expulsa pela segunda vez em 1911, com a instauração da República, a Companhia de Jesus regressa a Portugal em 1925¹, iniciando-se na década de 1930 a lenta recuperação da imagem positiva de Pe. António Vieira como o maior prosador e pregador português. Em 1935, em *Mensagem*, F. Pessoa sintetizou este juízo, cognominando Pe. António Vieira de “Imperador da Língua Portuguesa”. O melhor estudo sobre esta fase é o de José Eduardo Franco e Bruno Cardoso, *Vieira na Literatura Anti-Jesuítica*².

¹ Sobre a história da Companhia de Jesus, cf. José Eduardo Franco, *O Mito dos Jesuítas. Em Portugal. No Brasil e no Oriente*, Lisboa, Gradiva, 2 vols., 2006/07.

² Cf. José Eduardo Franco e Bruno Cardoso, *Vieira na Literatura Antijesuítica (Séculos XVIII – XX)*, (prefácio de António Matos Ferreira), Lisboa, Roma Editora, 1997.

Em 1918, rompendo em parte o véu negro que cobria a obra de Pe. António Vieira, o paraense J. Lúcio de Azevedo, com acesso a documentos inéditos, inicia o resgate da imagem de Pe. António Vieira, publicando a *História de António Vieira*, em dois volumes³, a primeira grande biografia relativamente rigorosa de Pe. António Vieira, bem como três volumes com a sua correspondência. Enformado de uma mentalidade positivista, que a omissão do atributo de “Padre” no título denuncia, Lúcio de Azevedo não hesita em classificar de “delírios”, devaneios e desvarios a obra profética de Pe. António Vieira. Neste sentido, o grande estudo inaugural desta vertente interpretativa pertenceu a Raymond Cantel, *Prophétisme et Messianisme dans l’Oeuvre d’António Vieira*⁴, defendendo constituir a visão messiânica de Pe. António Vieira o cimento agregador da sua obra. Em 1972, António José Saraiva, professor em Amesterdão, tendo acesso a um conjunto de obras de autores judaicos do século XVII, destaca as semelhanças entre os espíritos proféticos de Menasseh ben Israel e de Pe. António Vieira no artigo “António Vieira, Menasseh ben Israel e o Quinto Império” da revista *Studia Rosenthaliana*⁵. Lúcio de Azevedo desprezara a importância do encontro entre estes dois autores em 1648/49. Em 1973, H. Cidade chama a atenção para a importância do artigo de A. J. Saraiva do ano anterior em “Vieira à luz de um recente estudo de António José Saraiva”⁶, publicado na *Colóquio-Letras*.

Estava assim lançada, em 1973, a recuperação da obra profética de Pe. António Vieira. Com efeito, pode datar-se deste ano o “ponto de não-retorno” do movimento interior aos estudos vieirinos que levaria posteriormente, em 1997, à equivalência de importância entre a obra retórica e a obra profética de Pe. António Vieira, considerando-se que a amputação de uma destas vertentes – como fora feito até meados do século XX – constituiria gravíssima diminuição do valor total da obra de Pe. António Vieira.

1997, ano do tricentenário da morte de Pe. António Vieira, ostenta-se a consciência histórica da equivalência entre as suas obras retórica e profética. Com efeito, Arnaldo Espírito Santo publica importantíssimo artigo na revista *Oceanos* (Lisboa, n.os 30/31, Abril/Set.) sobre a estrutura da *Clavis Prophetarum* e realiza-se o Congresso Internacional do Terceiro Centenário da Morte de Pe. António Vieira, cujos três volumes de *Actas*, publicados em 1999⁷ estabelecem solidamente o actual paradigma de equivalência hermenêutica entre a qualidade da oratória e a qualidade da visão messiânica e profética de Pe. António Vieira.

Em 1994, sai a público o importantíssimo estudo de Alcir Pécora publicado no Brasil, *Teatro do Sacramento: A Unidade Teológico-Retórico-Política dos Sermões de António Vieira*⁸, estabelecendo vínculos ideológicos efectivos entre a retórica, a teologia e o compromisso social de Pe. António Vieira, tentando deste modo estabelecer uma

³ Cf. J. Lúcio de Azevedo, *A História de António Vieira*, [1918], Lisboa, Clássica Editora, 1992³.

⁴ Cf. Raymon Cantel, *Prophétisme et Messianisme dans l’Oeuvre d’António Vieira*, Paris, Ed. Hispano-Americanas.

⁵ Cf. António José Saraiva, “António Vieira, Menasseh ben Israel e o Quinto Império”, in *História e Utopia – Estudos sobre Vieira*, Lisboa, ICALP, 1992.

⁶ Cf. Hernâni Cidade, “Vieira à luz de um recente estudo de António José Saraiva” in *Colóquio-Letras*, nº 12, Março de 1973.

⁷ AA. VV., *Actas do Congresso Internacional do Terceiro Centenário da Morte de Pe. António Vieira*, [1997], Lisboa, Universidade Católica Portuguesa/Companhia de Jesus, 1999, 3 vols.

⁸ Cf. Alcir Pécora, *Teatro do Sacramento: A Unidade Teológico-Retórico-Política dos Sermões de António Vieira*, São Paulo, Edusp, 1994.

ponte entre os dois campos hermenêuticos, o literário e o teológico-profético. No campo da historiografia vieirina, Adma Muhana publica no Brasil, em 1995, *Os Autos do Processo de Vieira na Inquisição*⁹. Pela primeira vez, vêm a público com explícito e subido pormenor as diferenças entre a doutrina oficial da Igreja Católica, representada pelo Tribunal do Santo Ofício, e a visão messiânica e profética de Pe. António Vieira. Neste mesmo ano, Paulo Borges publica *A Plenificação da História em Padre António Vieira - Estudo sobre a Ideia de Quinto Império na Defesa perante o Tribunal de Santo Ofício* defendendo ser Vieira o grande milenarista portugueses¹⁰.

Em 1999, António Lopes, SJ., publica *Vieira, O Encoberto*¹¹, primeira grande recuperação da visão profética advinda do interior da própria Companhia de Jesus. António Lopes, SJ., considera a utopia de Pe. António Vieira como “História levada à mais alta realização”. Finalmente, em 2000, Arnaldo Espírito Santo publica pela primeira vez a tradução portuguesa do Livro III da *Clavis Prophetarum*¹². Aqui se prova que Pe. António Vieira, após a libertação da Inquisição, amacia a sua visão profética e messiânica do Quinto Império, eliminando as teses reprovadas pelo Tribunal do Santo Ofício. Como manifestação do seu pensamento profético após a morte de D. João IV, o malogro da “ressurreição” deste rei e a libertação da prisão do Santo Ofício, Pe. António Vieira reiterou solidamente, nos últimos anos de vida, na Quinta do Tanque, às portas de Salvador, o seu pensamento profético, registando-o em latim, escrevendo-o ao mesmo tempo que aprimorava os seus sermões para edição. Não se deve separar, assim, como tem sido feito, a visão retórica da visão profética de Pe. António Vieira. É justamente neste sentido que, em 2003, se publica no Brasil o estudo de Valmir Muraro, *Padre António Vieira. Retórica e Utopia*¹³, que visa, descomplexadamente, vincular a nova retórica de Pe. António Vieira à sua visão messiânica e profética. Deste modo, como se comprovou por este conspecto das hermenêuticas sobre a obra de Pe. António Vieira ao longo do século XX e inícios do XXI, resgatada que fora a sua obra profética na segunda metade do século passado, duas grandes interpretações se levantam conflituosamente sobre a importância do seu fundamento no interior da cultura portuguesa – uma, mais racionalista e europeísta, defende o vínculo da sua obra literária e profética a uma raiz barroca; outra, mais nacionalista, defende o vínculo da sua obra literária e profética ao providencialismo presente de um modo muito singular na cultura portuguesa. A nossa análise inclina-se para esta segunda hermenêutica.

T *Três absolutismos culturais em meados do século XVII*

A partir de 1641, regressado da Bahia a Lisboa integrado na comitiva que viera jurar fidelidade do Brasil a D. João IV, novo rei, reconhece-se na obra do Pe. António Vieira o duplo reflexo da atmosfera mental reinante ao longo destes anos que

⁹ Adma Muhana, *Os Autos do Processo de Vieira na Inquisição*, S. Paulo, Ed. Unesp e Fund. Cultural do Estado da Bahia, 1995.

¹⁰ Cf. Paulo Borges, *A Plenificação da História em Padre António Vieira - Estudo sobre a Ideia de Quinto Império na Defesa perante o Tribunal de Santo Ofício*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1995.

¹¹ Cf. António Lopes, SJ., *Vieira, O Encoberto*, Cascais, Principia, 1999.

¹² Cf. Pe. António Vieira, *Clavis Prophetarum*, Livro III, [ed. de Arnaldo Espírito Santo], Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000.

¹³ Cf. Valmir Muraro, *Padre António Vieira. Retórica e Utopia*, Florianópolis, Ed. Insular, 2003.

compunham o perfil social singular de Portugal de meados do século XVII. Por um lado, uma fortíssima imagem de decadência criada pela representação contrastiva entre o Portugal de 1385 a 1580 e o Portugal de meados do século XVII, um Portugal de bancarrota, de perda de domínios coloniais e da consciência muito nítida que europeiramente não contávamos nem existíamos¹⁴; por outro lado, após a Restauração, no seguimento do despertar nacional e da renovação da dignidade patriótica, motivados pelo orgulho de recuperação da independência, assiste-se ao esforço colectivo de tentativa de restabelecimento do antigo estatuto político-económico perdido, fundamentalmente através de uma política de alianças matrimoniais (D. Teodósio e D. Catarina, com sucessos diferentes) que inserisse diplomaticamente Portugal nos jogos de força políticos centrados em torno de e contra a Espanha¹⁵.

Assim, se cruzarmos estas duas imagens, a primeira como veículo consciente e real de humilhação patriótica, a segunda como consciência rigorosa da distância económica e social entre o estado de coisas nacional e o prestígio e riqueza de, por exemplo, um povo pequeno como o holandês, que nos saqueava a costa brasileira e nos arrebatava S. Tomé e São Paulo de Luanda, compreende-se como estavam criadas na consciência colectiva portuguesa as condições propiciatórias para a emergência de forças e correntes extremistas de purificação social.

Com efeito, a vastíssima literatura autonomista compendiada por Hernâni Cidade¹⁶ e João Francisco Marques evidenciam como dominantes as posições ideológicas de carácter imperativo e intolerante, vinculadas a hipostasiarem maximamente a imagem de Portugal, ultrapassando a sua fase de decadência e prognosticando uma nova fase de glória e êxtase. Neste sentido, duas correntes culturais subterrâneas e manifestas prevalecem intelectualmente nas duas dezenas de anos seguintes à Restauração, fundando-se num mesmo quadro imagético e desenhando os mesmos vínculos mentais:

1 – A exacerbação de um nacionalismo glorioso, seja enquanto reduto último europeu de uma ortodoxia de pensamento católico contra-reformista (**Inquisição**), seja enquanto restabelecimento de uma nova nação próspera e abundante prometida para o tempo de regresso de D. Sebastião [**Sebastianismo**, como o indicavam as obras de D. João de Castro (neto), *Paráfrase e Concordância de algumas Profecias do Bandarra, Sapateiro de Trancoso*, de 1603, e de frei Sebastião de Paiva¹⁷], seja enquanto projecção

¹⁴ “...colhe com evidência que a conservação do reino de Portugal, enquanto ele não busca outro remédio, quando menos, é muito duvidosa e arriscada. Assim o julgam todos os políticos do Mundo, que pesam fielmente as forças das monarquias e medem os sucessos pelo poder; e de o sentirem assim, nasce a pouca correspondência que os Príncipes da Europa não tido com este Reino: o Papa não recebendo o nosso embaixador; Dinamarca não admitindo a nossa confederação; Suécia não continuando o comércio; Holanda não guardando amizade; França, que é a mais obrigada, não nos mandando embaixador assistente”, Pe. António Vieira, “Proposta Feita a El-Rei D. João IV, em que lhe Representava o Miserável estado do Reino” (1643), in *Obras Escolhidas*, Prefácio e Notas de António Sérgio e Hernâni Cidade, Lisboa, Sá da Costa, s/d., Vol. IV, p. 9.

¹⁵ Para a história do esforço de manutenção da independência de Portugal, cf. Rafael Valladares, *A Independência de Portugal. Guerra e Restauração. 1640 – 1680*, (prefácio de Romero Magalhães), Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006.

¹⁶ Cf. Hernâni Cidade, *A Literatura Autonomista sob os Filipes*, Lisboa, Ed. Sá da Costa, s/d., bem como João Francisco Marques, *A Parenética Portuguesa e a Dominação Filipina*, Porto, INIC/Centro de História da Universidade, 1986.

¹⁷ Cf. Frei Sebastião de Paiva, *Tratado da Quinta Monarquia*, [prefácio de Arnaldo Espírito Santo; ed. José Eduardo Franco e Bruno Cardoso Reis], Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2006.

no futuro do lugar de Portugal como condutor do mundo (o **Quinto Império** de Pe. António Vieira, mas também dos sacerdotes e frades pregadores, António Bandeira, António de Spínola, António de Sá, Cristóvão de Almeida, Cristóvão de Lisboa, Diogo de Areda, Francisco Escobar, João da Conceição, João de Deus, José do Espírito Santo, Lopo Soares e Luís de Sá¹⁸). Nos três casos, evidencia-se a imagem de Portugal como sustentada na concepção **do estatuto de nação superior, fundamento do Providencialismo português** – ou porque fidelíssima às Escrituras, aos Comentários e às prescrições conciliares e papais emanadas a partir do Concílio de Trento, ou porque única provida de um rei Encoberto, futuro generalizador de justiça e riqueza;

2 – Vinculada à anterior imagem e dela derivada, desenvolve-se a **necessidade ideológica de uma purificação social** ou, se se quiser, a **necessidade de unificação das estruturas mentais geradora da exaltação de uma doutrina absolutista** com a consequente reconversão/exclusão de doutrinas estranhas e minoritárias, seja enquanto perseguição à heresia (**Inquisição**), seja enquanto nacionalismo egotista e messiânico (**Sebastianismo**), seja enquanto processo comandado por Portugal de diluição de todas as doutrinas e crenças no Cristianismo (**Reino de Cristo Consumado** de Pe. António Vieira); nos três casos, evidencia-se de novo a imagem de Portugal como sustentada na concepção do estatuto de nação superior.

Assim, a obra de Pe. António Vieira coexiste com uma evidente **frágil** real situação política nacional (de novo ameaçada de perda de independência por parte de Espanha e de mutilação de partes do território ultramarino pela Holanda) sublimada por uma **forte** consciência nacional. Desta contradição nascerá o quadro mental fundado nos três absolutismos que estatuem, cada um a seu modo, no tempo de Pe. António Vieira, a concepção do estatuto de Portugal como nação superior:

- **Proselitismo Ortodoxo**: purificação de Portugal pela fé católica (a Inquisição);
- **Sebastianismo/Joanismo**: purificação de Portugal pelo nacionalismo;
- **Quinto Imperialismo**: purificação de Portugal pela assunção do seu papel messiânico no advento da nova sociedade justa e santa do Quinto Império.

Estes três absolutismos constitutivos da mentalidade cultural de meados do século XVII estatuem-se como expressão directa da crise dinástica levantada pela morte de D. Sebastião em 1578 e pela perda da independência de Portugal em 1580, da crise económica que desde os princípios do século afectava Portugal, da consciência da impossibilidade financeira e administrativa de se continuar a manter um tão extenso império, do isolamento internacional a que estávamos votados desde 1640¹⁹.

Porém, contrariando a visão positivista da história, estas e outras razões históricas particulares devem ser estatuídas como **causas próximas, eficientes ou conjunturais** do desencadeamento e desenvolvimento de tão apurada e momentânea ne-

¹⁸ Cf. sermonário de todos estes pregadores em João Francisco Marques, *A Utopia do Quinto Império e os Pregadores da Restauração*, Vila Nova do Famalicão, Quasi Editores, 2008.

¹⁹ O Santo Padre só reconheceu a total separação de Portugal do domínio castelhano em 1669, 29 anos depois da Restauração.

cessidade de purificação religiosa católica, de tão exacerbada vinculação a um Rei Encoberto e de tão feroz defesa de um futuro majestoso para Portugal. De facto, estas três concepções da história portuguesa, a partir de 1640, integram-se em duas outras mais antigas, mais fundas, mais permanentes e mais fortemente constitutivas da mentalidade portuguesa, a seguir enunciadas.

1 – A mentalidade de **Cruzado** regenerador do infiel patente nos reis e documentos da I Dinastia cruzada com a mentalidade de *Militia Dei* desenvolvida pelos Templários em Portugal; consequentemente, era possível identificar imaginariamente a purificação do território de Portugal, depois da expulsão do mouro e do povoamento católico, com o novo estado do mundo, o Reino do Espírito Santo, ou seja, com a **visão joaquimita do Império do Espírito Santo** trazida para Portugal pelo franciscano espiritual catalão Álvaro de Vilanova e generalizada, a partir de Alenquer, pela rainha santa Isabel (séc. XIII); esta visão oferece profundas semelhanças, quanto à teoria providencialista da História, com o Quinto Imperialismo de P. António Vieira²⁰ e com o sebastianismo, com a diferença de este se vincular exclusivamente a um país²¹;

2 – A impregnação da mentalidade portuguesa popular de duas constantes culturais do povo judeu:

a. o “eterno” retorno do ciclo **erro-expição/castigo-perdão**, gerador de um espírito de **resignação e passividade** face ao futuro²²;

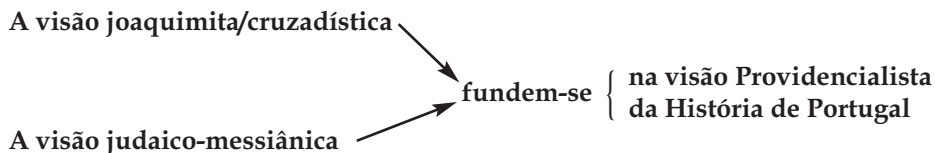
²⁰ A visão joaquimita do Espírito Santo, assente na evolução histórica das Três Idades funde-se hoje com algum grau de indistincção com a visão quintoinperialista de Portugal em autores como, por exemplo, António Quadros, *Portugal, Razão e Mistério, Introdução ao Portugal Arquétipo*, Lisboa, Guimarães Eds., 1986, 1987, 2 Volumes, e Agostinho da Silva, *Dispersos*, introd. e org. de Paulo Borges, Lisboa, Ed. Instit. de Cult. e Língua Portuguesa, 1988, *Reflexão à Margem da Literatura Portuguesa*, Lisboa, Guimarães Eds., 1990 (2.^a ed.; 1.^a, 1958), *Ir à Índia sem Abandonar Portugal*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1994, *Vida Conversável*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1994. Nestes dois autores e nos livros referidos defende-se, hoje, um providencialismo português de forte carácter quintoinperialista, onde a difusão das armas e da fé são substituídas pela difusão da cultura portuguesa e do modo singular de ser portugueses.

²¹ Sobre a visão joaquimita da História de Portugal, existe de facto uma inconsciente influência no pensamento de Vieira, que, por diversas vezes, cita o monge calabrés, mais de memória e no sentido geral da sua obra do que citando livros e passagens: Maria José Ferro Tavares, em “Bandarra e o Messianismo Judaico” (in *História de Portugal*, dir. João Medina, Amadora, Ed. Clube Internacional do Livro, 1995, vol. VI, p. 35), detecta influência das ideias joaquimitas em Bandarra; em António José Saraiva existe uma referência mais explícita quando nos informa em “António Vieira, Menasseh Ben Israel e o Quinto Império”, in *História e Utopia*, ed. cit., p. 81, Nota 21, que D. João de Castro, durante a sua estadia em Veneza para conhecer o famoso 4.^o falso D. Sebastião, utilizou muitas fontes joaquimitas, em particular a compilação de obras de discípulos e comentadores de Joachim de Fiore, publicada em Veneza em 1516, com o título *Abbas Joachim Magnus Propheta*. Como a obra de D. João de Castro (neto), *Paráfrase e Concordância de algumas Profecias do Bandarra, Sapateiro de Trancoso* (1603), foi de vital importância para a confluência entre o pensamento sebastianista, de que era um entusiasmado crente, e o pensamento profético do bandarrismo, e como Pe. A. Vieira se inspirou, entre várias fontes, na visão messiânica de Bandarra sobre as profecias do *Antigo Testamento*, então poderíamos encontrar nesta linha relativamente sinuosa a influência de algumas ideias joaquimitas em Pe. A. Vieira; por outro lado, estas ideias poderiam igualmente ter chegado ao seu conhecimento através da obra de frei Bernardo de Brito, que Vieira cita, principalmente a *Crónica de Cister*.

²² É possível encontrar nas características básicas da personalidade histórica do povo português um conjunto de traços semelhantes aos traços judaicos apresentados no texto. Por exemplo, Eduardo Lourenço, em *Labirinto da Saudade, Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Ed. D. Quixote, 1978, pp. 51-65, refere um conjunto de traços peculiares ao português como, entre outros, humildade, paciência face à adversidade, infinita resignação, inexpugnável credulidade, que se aproximam indubitavelmente de traços também peculiares ao povo judaico; por outro lado, António José Saraiva, em *A Cultura em Portugal*,

b. compensatoriamente de a., a crença na vinda futura do **Messias** libertador; propulsor de um novo reinado de paz e justiça e gerador de uma visão majestosa do futuro face a um presente resignado.

Assim,



Deste modo, as duas correntes culturais absolutistas e salvíficas que enformam a mentalidade portuguesa de meados do século XVII estatuem-se como amplificação indirecta nesta conjuntura social e neste tempo histórico do *Providencialismo como fundo permanente da personalidade portuguesa*.

A teoria profética de Pe. A. Vieira
como síntese do conflito entre duas formas
de providencialismo português

Existe, assim, intrínseco à História de Portugal, a permanência de uma visão que se acorda com um destino divino e heróico para o povo português, uma espécie de **pulsão de salvação** que, num primeiro momento, se propaga para o **outro** (mouro, negro, índio, chinó...), reconvertendo-o à doutrina pura. Num segundo momento histórico, a partir do desastre de Alcácer-Quibir, esta pulsão de salvação reconverte-se autisticamente sobre si, tomando-se a **si próprio** (o povo português) como necessitado de salvação (justamente como o povo judaico - de povo eleito libertado e libertador tornou-se povo castigado e errante, esperando no futuro o Messias salvador).

O Sebastianismo/Joanismo e a Inquisição do século XVII são dois exemplos do **segundo impulso providencialista** - mantendo-se como foi, virado sobre **si próprio**,

Teoria e História, Livro I - Introdução Geral à Cultura Portuguesa, Lisboa, Gradiva, 1994, pp. 81-106, aponta outro conjunto de características em que destaca o espírito messiânico português (*Espírito de Cruzada*) como um dos esteios fundamentais da grande marca distintiva da personalidade portuguesa: ser e não ser/estar e não estar, justamente semelhante ao espírito diasporizante dos judeus; Teixeira de Pascoais, em *O Espírito Lusitano ou o Saudosismo*, Porto, Ed. Renascença Portuguesa, 1912, ou *Arte de Ser Português*, Lisboa, Ed. Delraux (1.ª ed. 1915), 1978, ou *A Era Lusíada*, Porto, Ed. Renasc. Portuguesa, 1914, ou *O Génio Português - Na Sua Expressão Filosófica, Poética e Religiosa*, Porto, Ed. Renasc. Portuguesa, 1913, exprime igualmente a aceitação plena da existência de um messianismo português incrustado na História de Portugal; do mesmo modo, Agostinho da Silva e António Quadros, nos livros referidos em nota acima, concordam com a tese do providencialismo português semelhante ao providencialismo judaico, aliás, Agostinho da Silva tem frases que paralelizam o destino histórico judaico e o nosso, como, por exemplo, *...Deus não pode abandonar o seu outro povo eleito...* (in *Um Fernando Pessoa*, Lisboa, Guimarães Eds., 1959, p. 15) referindo-se, obviamente a judeus e portugueses como os dois povos eleitos. Curiosamente, se consultarmos a espantosa síntese antropológica sobre os elementos fundamentais da cultura portuguesa de Jorge Dias não encontramos, nas características básicas do povo português, traços de aproximação com as características do povo judaico, cf. Jorge Dias, *O Essencial sobre os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985.

Portugal será sempre um país exemplar e puro. Porém, a obra profética de Pe. António Vieira é diferente. O Quinto Imperialismo de Pe. António Vieira recompõe, em pleno século XVII, o **espírito providencialista** inicial de salvação do **outro** patente na I Dinastia e nos Descobrimentos, cruzando-o com o segundo espírito providencialista – salvando o outro (o “mundo”, cristianizando-o na totalidade – fim último do Quinto Império), salvamo-nos a nós próprios.

Assim, se evidencia como a obra de Pe. António Vieira e a sua doutrina do Império de Cristo Consumado nascem como confluência entre o primeiro e o segundo impulsos ou espíritos providencialistas, ou seja e concretamente, a sua doutrina faz confluir:

- 1 – em 1642 – no *Sermão dos Bons Anos*: o Sebastianismo no Joanismo;
- 2 – em 1648/9 – após o contacto com Menasseh bem Israel: o Judaísmo no Joanismo;
- 3 – em 1659 – Em *Esperanças de Portugal. Quinto Império do Mundo*: o Joanismo na doutrina do Quinto Império;
- 4 – 1643/44 – a Inquisição começa a investigar as suas teorias pró-joanistas e pró-judaístas(11).

Em síntese:



Com efeito, Pe. António Vieira chega a Lisboa em 1641 como um dos três representantes do testemunho de fidelidade da colónia brasileira à Restauração de Portugal sucedida em 1 de Dezembro de 1640²³. Pe. António Vieira tem 33 anos. Entre os seus diversos sermões pregados em S. Salvador da Baía e outras pequenas localidades do sertão brasileiro só o *Sermão de S. Sebastião* deixa antever a possível emergência de um forte espírito profético no seu pensamento pessoal. Pe. António Vieira encontra em Lisboa um ambiente social e mental de grande efervescência em torno da proclamação de D. João IV e da defesa da independência. É uma efervescência que culmina não só a libertação de 60 anos de domínio castelhano como, igualmente, os mais gloriosos mas mais difíceis cento e cinquenta anos da história de Portugal. O limite máximo atingido pela expansão do Império e a incapacidade administrativa e militar de um controle rigoroso de todas as suas áreas territoriais, bem como a apatência mercantil dos povos europeus desencadeadores da segunda expansão (Holanda, Inglaterra, França), tinham criado, no reinado de D. João III, uma desorientação social e mental expressa tanto no arrojo da modernização da Universidade de

²³ Cf. Lúcio de Azevedo, *História de António Vieira*, [1918], Lisboa, Clássica Editora, 1992³, vol. I, pp. 47ss.; igualmente, Hernâni Cidade, *Padre António Vieira. A Obra e o Homem*, Lisboa Arcádia, 1963 [2.^a ed.: 1979], pp. 46ss.

Coimbra (posteriormente travada), quanto na insistência do estabelecimento da Inquisição como modo oficial de filtrar e de eliminar as doutrinas exteriores à oficialidade eclesial católica. Quanto maior o estado de decadência do Império mais os negócios individuais superam a ordem do Estado, mais cresce nas consciências católicas a necessidade de um retorno à ordem inicial evangelizadora dos Descobrimentos. A educação heróica, ortodoxa e absolutista de D. Sebastião²⁴, fundada nos ideais de proselitismo católico e de uma visão magnânima da história de Portugal, tinha gerado na estrutura mental do jovem rei tanto o desejo de emulação dos antigos feitos dos portugueses quanto a necessidade de o provar através de uma empresa inesquecível que pudesse fazer retornar Portugal aos antigos tempos de D. João II e D. Manuel I.

O desastre de Alcácer Quibir, o estado de decapitação financeira do reino e o enigma relativo à veracidade da morte de D. Sebastião, seguido da perda da independência, geraram uma miscelânea cultural e social tendente a acentuar os indícios de uma vaga esperança de que D. Sebastião não teria de facto morrido e, presumivelmente, após ter expiado o seu erro numa peregrinação à Terra Santa, regressaria para restabelecer em Portugal o espírito de justiça e de bem-estar²⁵. O aparecimento de quatro falsos D. Sebastião entre 1584 e 1602 constitui prova da existência generalizada desta esperança messiânica concentrada em D. Sebastião. Justamente neste último ano, frei Bernardo de Brito publica a *Crónica de Cister*, em que afirma ter encontrado em 1597, no cartório do mosteiro de Alcobaça, um pergaminho em latim, jurado por D. Afonso Henriques e assinado por S. Teotónio, confessor do rei, e pelos bispos de Braga e de Coimbra, no qual se narra a aparição e anunciação de Cristo a D. Afonso Henriques na noite anterior à batalha de Ourique. Relata-se neste pergaminho que Cristo aparecera em sonho a D. Afonso Henriques, enviando-lhe posteriormente um velho ermitão que lhe dissera:

Senhor, tende um ânimo cheio de confiança, porque sem dúvida vancereis e não sereis vencido nesta batalha; sois particular mimosos de Deus, e sobre vós e vossos descendentes tem postos os olhos de sua misericórdia até à décima sexta geração, na qual se diminuirá uma descendência, e nela assim diminuída e quase extinta, porá ele os olhos e verá o que mais lhe convém...

O próprio Cristo anuncia a D. Afonso Henriques:

Tem confiança, Afonso, porque não só vencerás esta batalha, mas todas as mais em que pelejares contra os inimigos da Cruz. Acharás tua gente pronta e animosa pera a batalha; e pedindo-te que entres na peleja com nome d erei, não lhe ponhas dúvidas em nada, mas concede livremente quanto te pedirem, porque eu sou o fundador e o destruidor dos Impérios e Reinos, e quero fundar em ti e em tua geração um

²⁴ Cf. António Machado Pires, *D. Sebastião e O Encoberto*, Lisboa, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 1982², p. 52. Igualmente, Hernâni Cidade, *A Literatura Autonomista sob os Filipes*, Lisboa, Ed. Sá da Costa, s/d., p. 173.

²⁵ Sobre o desaparecimento-morte de D. Sebastião, os boatos em Lisboa e a propagação da crença na sobrevivência física do rei em Alcácer-Quibir, cf. Miguel D'Antas, *Os Falsos D. Sebastião*, introd. e notas de Sales Loureiro, Odivelas, Heuris, s/d., complementado com Anónimo, *Crónica do Xarife Mulei Mahamet e D'El-Rei D. Sebastião, 1573 -1578*, introd. e notas de Sales Loureiro, Odivelas, Heuris, 1978.

*Império, pera que meu nome seja levado a gentes estranhas. E pera que teus descendentes conheçam de cuja mão têm o Reino, comporás o escudo de tuas armas do preço com que eu comprei o género humano (e são as cinco chagas), e daquele por que fui comprado dos judeus (em que entende os trinta dinheiros), ser-me-á este Reino santificado, pera mim próprio, puro pela fé e amado pela piedade.*²⁶

Comprovadamente falso, até pela textura do pergaminho usado, o texto de Bernardo de Brito se, por um lado, vem dar corpo a uma vaga lenda existente desde o século XV sobre o destino providencial da monarquia portuguesa, vem conferir, por outro, legitimidade política às reivindicações surdas de independência nacional. Simultaneamente, e sob um fundo de apagamento económico-social de Lisboa, cujo antigo esplendor marítimo era agora substituído pelo de Madrid, os astrólogos descobrem uma conjunção máxima de planetas em 1603 que deixa adivinhar substanciais alterações de ordem temporal e espiritual. Manuel Bocarro Francês escreveu, em 1624, uma obra dedicada a esta conjunção planetária: *Discurso que o Doutor Manuel Bocarro, Médico, Filósofo e Matemático Lusitano, fez sobre a conjunção máxima, que se celebrou no ano de 1603, 31 de Dezembro*. Nesta obra, M. Bocarro Francês declara:

*Assim ao Império Romano seguiu-se a Monarquia Maometana e se pode conjecturar que se há-de levantar a última e mais poderosa Monarquia que provarei ser Lusitana (...) Além de razões astrológicas por donde se conjectura que o Império Lusitano se há-de levantar com Suprema Monarquia (...) acho alguns vaticínios proféticos que varões santos e pios deixaram escrito sobre este particular.*²⁷

Sobre esta mesma conjunção planetária de 1603 – e para se constatar como a sua interpretação profética contribuiu para a efervescência mental que Pe. António Vieira veio encontrar em Lisboa em 1641 –, escreveu, em 1654, um autor anónimo:

*... que sairia das partes mais Ocidentais um príncipe que se intitularia Rei dos Cristãos, de um reino o mais pequeno e menos poderoso do mundo que Deus escolheria para destruição do Turco. O qual Rei, Deus escolheria para esta empresa sendo o menos poderoso para mostrar que obrava nele o poder divino, não o braço humano. Ele faria liga com os príncipes católicos e destruiria o Turco. Nele principiaria novo Império e o do Turco acabaria. Pergunta-se logo em que tempo tinham complemento estas profecias. Responde a profecia que da era de 1645 até à de 1660 se veriam cumpridas, porque durante estes quinze anos continuarão os efeitos da conjunção máxima (de 1603).*²⁸

Outro autor anónimo, escrevendo depois de 1669, descreve os acontecimentos extraordinários acontecidos na terra e no céu justificadores do desastre de Alcácer-Quibir e a queda da *Lusitânia*:

²⁶ Bernardo de Brito, *Crónica de Cister*, Livro III, Cap. II, apud Hernâni Cidade, *A Literatura...*, ed. cit., pp. 163 – 165 (tradução do latim de Hernâni Cidade).

²⁷ Transcrito de Rui Grilo Capelo, *Profetismo e Esoterismo - A Arte do Prognóstico em Portugal nos Séculos XVII e XVIII*, Coimbra, Minerva, p. 68.

²⁸ Idem, *ibidem*, p. 69.

Apareceu na praia junto ao forte poucos dias antes da infeliz jornada de África um grande peixe espada que do mar lançou a terra como aviso: numa parte tinha esculpido um azorrague e açoite, na outra muito ao claro a era de 1578, tempo que deu princípio à satisfação das nossas culpas (...) começou a aparecer uma estrela nova (em 1604), nunca vista, que durou até 29 de Novembro, que foi coisa de se admirarem mais os matemáticos do que quantos sinais até então tinham visto e começou a desaparecer pelo poente de frente da barra de Lisboa.²⁹

Em 1615, João Sardinha compila e dá à estampa, em *Curiosidades Matemáticas*, a obra de seu tio Frei Martinho de S. Paulo, de Coimbra, onde este tende a justificar astrologicamente o passado recente de Portugal através do aparecimento e desaparecimento de cometas:

(O cometa de 1577) ... o qual se fez junto do pé direito do Setentrião e feneceu na constelação de Pégaso, a quem se seguiu logo a morte de El-Rei D. Sebastião (...) em África, com destruição do seu exército e cativoiro do Reino Português na Coroa de Castela. (...) (O aparecimento de cometas pode prognosticar) ...grandes mudanças e alvoroços, discensões e calamidades (...), causas de mortes de Reis, príncipes e sábios (...), motins, alvoroços, levantamentos, feitos horrendos e espantosos (...), no Verão - esterilidade (...), no Inverno - leis e costumes novos (...) cometa em tempo de eclipse - destruição de algum reino, império ou província (...), cometa em tempo de conjunções de Saturno, Júpiter e Marte - males duráveis, dissídios e devastações (...), cometa de tarde - enfermidades, esterilidades, terramotos e inundações (...). A natureza dos efeitos se pode conhecer pelos planetas, signos e estrelas com quem se junta o cometa (...). Poucas vezes se viu que depois se não seguisse morte de príncipes e outras muitas mortes, pestes, guerras, ruínas de cidades e reinos.³⁰

Em 1618, o mesmo Manuel Bocarro Francês, no seu tratado sobre o aparecimento de cometas no céu neste mesmo ano, desenha cenários apocalípticos sobre a Europa em futuro próximo:

Por ocupar este cometa o signo da Libra e ser gerado por Saturno, inimigo do género humano e proceder no nascimento do Sol, denota (segundo Ptolomeu) a morte de um grande monarca das partes ocidentais, mortes extraordinárias e arrebatadas de senhores príncipes e nobres, inquietação de Reinos, mudança deles e de muitos estados (e em Espanha particularmente), como também queda de muitos poderosos (...) Em Itália, terra de Romanos, denota muitas guerras e civis conflitos e acabarem-se uns com os outros (...) nas partes Orientais se levantarão os servos contra os seus senhores (...) (denota também) grandes águas e tempestades e enchentes do Tejo, nos quais se afogarão muito gado e muitas pessoas.³¹

Em 1624, Manuel Bocarro Francês publica um longo poema, *Anacefaleose da Monarquia Lusitana*, em 131 oitavas dedicado a Filipe III de Portugal, mas de carácter se-

²⁹ Idem, *ibidem*, p. 73.

³⁰ Idem, *ibidem*, p. 74.

³¹ Idem, *ibidem*, pp. 75 – 76.

bastianista. O autor é preso e é-lhe apreendido o manuscrito de *Anacefaleose IV* dedicado ao Duque de Bragança, D. Teodósio, pai do futuro D. João IV. Libertado, exila-se na Itália e faz publicar este manuscrito, onde revela que o Príncipe Encoberto regressará até 100 anos depois do nascimento de D. Sebastião, portanto até 1654³². D. Francisco Manuel de Melo realça que os sentimentos sebastianistas, através dos pregadores jesuítas de Évora, tinham tido um papel determinante da revolta do Manuelinho, em Évora, em 1637³³. Avolumava-se, assim, a existência de uma forte corrente popular e intelectual descontente com o estado de coisas subjacente ao domínio espanhol, bem como um forte desejo de concretização rápida da libertação de Portugal do domínio castelhano. Este corpo confuso e desordenado de prognósticos e de protestos desembocava directamente na alusão ao rei ou Príncipe Encoberto que viria libertar o seu povo – e este Príncipe não podia deixar de ser D. Sebastião, cuja morte não era aceite por amplos sectores da sociedade portuguesa.

À crescente literatura de carácter sebastianista, cujo reflexo nas classes letradas corresponde a um sentido desejo popular de independência, de efectiva esperança numa personagem redentor, conflui a efervescência messiânica própria do povo judeu, forçadamente convertido ao cristianismo desde o reinado de D. Manuel I. De facto, todo o século XVI português é subterraneamente atravessado por uma vaga expressiva de messianismo judaico, fruto dos decretos de expulsão de 1492, em Espanha, e 1496/7, em Portugal³⁴. A extrema humilhação a que então fora votado o povo judaico despertou em alguns dos seus membros a convicção milenária do início dos fins dos tempos e da emergência escatológica do Messias que a todos levaria para a Terra Prometida.

É justamente no ano seguinte ao da morte do último falso D. Sebastião e ao da publicação por frei Bernardo de Brito do manuscrito que garantia a legitimidade providencial de D. Afonso Henriques, que surge, em Paris, o livro *Paráfrase e Concordeância de Algumas Profecias de Bandarra, Sapateiro de Trancoso*, de D. João de Castro (neto), que, do ponto de vista dos grupos sociais letrados, influencia fortemente todo o século XVII português. Nesta obra, identificando o Encoberto com D. Sebastião, D. João de Castro faz confluir o sebastianismo, de que era um entusiasmado defensor, inclusivamente tentando provar, em Veneza, que o quarto falso D. Sebastião era realmente o próprio rei³⁵, com o messianismo judaico através da interpretação sebastianista das *Trovas* de Bandarra. Com a interpretação de D. João de Castro, o sebastianismo ganha a sua bíblia nas *Trovas* do Bandarra e será esta interpretação que, cinquenta anos mais tarde, após o regresso da sua segunda viagem à Holanda, Pe. António Vieira usará para legitimar profeticamente, face à Inquisição, o anúncio do Quinto Império do Mundo.

Com base em profecias de S. Isidoro de Sevilha, em coplas avulsas de Frei Pedro de Frias e de Frei João de Rocacelsa, que circulavam oralmente na raia beirã hispânico-portuguesa, e no ambiente de “alvoroço” religioso-social que atravessava as comunidades judaicas residentes em Trás-os-Montes e nas Beiras, o sapateiro “re-mendão (sapateiro de calçado velho), folgazão (*Bandarra* tem o significado de alegre,

³² Cf. António Machado Pires, *op. cit.*, pp. 79 – 80.

³³ Cf. D. Francisco Manuel de Melo, *Alterações de Évora*, Lisboa, Portugália Editora, 1967, pp. 34-37.

³⁴ Cf. Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no século XV*, I vol., Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1982, II vol., Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984.

³⁵ Cf. António Machado Pires, *op. cit.*, p. 79.

ligeiro, folgazão), Gonçalo Anes, de Trancoso, com jeito para a criação espontânea de quadras populares, compôs oralmente, entre 1530 e 1540, um conjunto de trovas que sintetizava, indubitavelmente, uma perspectiva messiânica e judaica do fim dos tempos³⁶. Designado por *idiota*, que significava rústico, inculto, mas não analfabeto, Gonçalo Anes baseava os seus versos no que ouvia nas homilias de domingo, numa ou outra leitura avulsa do Antigo Testamento, compondo assim uma mistura sincrética de partes importantes da Bíblia Velha, atribuindo maior importância às profecias do *Livro de Daniel*, ao desaparecimento das 10 Tribos de Israel e ao Leão de Judá. Em 1537, Heitor Lopes, cristão converso, vizinho de Bandarra, terá trasladado as *Trovas* deste, tornando-as públicas, deixando-as copiar e circular de mão em mão. Em 1538, um cristão-novo de Castelo Branco ou da Covilhã procura Bandarra para com ele conversar sobre o conteúdo profético das Trovas. Francisco Mendes, de Setúbal, escreve-lhe. Em Évora, uma cópia dos seus versos chegou ao conhecimento de Afonso Medina, desembargador da Mesa da Consciência, que abre processo inquisitorial. Beira Alta, Beira Baixa, Estremadura, Alto Alentejo, em dois anos as cópias manuscritas abundam e circulam com uma surpreendente velocidade, possivelmente devido às íntimas ligações entre os membros das comunidades judaicas, já que a acusação do tribunal da Inquisição é a de judaísmo (para além da do lançamento de “novidades” que causam “alvoroço”). Em 1541, Bandarra é absolvido pelos juízes, mas proibido de compor novas trovas e intimidado a não mais escrever sobre as Sagradas Escrituras nem fazer ou anunciar profecias. Em 1581, as *Trovas*, ainda que não impressas, foram incluídas no catálogo dos livros proibidos, o que prova que elas continuavam clandestinamente a circular em forma manuscrita.

Em 1578, D. Sebastião perde a vida na batalha de Alcácer-Quibir e, em 1580, Portugal perde a independência. As profecias de Bandarra adquirem então uma nova dimensão social e política. Originadas entre o humilhado e silencioso povo judaico, que fora expulso de Castela pelos Reis Católicos e entrara em Portugal, no reinado de D. João II³⁷, para uma estada de oito meses antes de partir para o estrangeiro, e, posteriormente, com D. Manuel I, vira-se forçado à reconversão, as *Trovas* simbolizam poeticamente tanto o estado de degradação moral de quinze séculos de cristianismo quanto o esboroamento económico-social de Portugal de então, desprovido de capitais suficientes para sustentar o Império, com o regresso de naus do Oriente a abarrotarem de mercadoria para momentaneamente socorrerem o tesouro real. A política de expansão e descoberta terminara com D. Manuel I, sucedendo-se uma política de rapina comercial não diferente da da holandesa e apenas civilizacionalmente compensada pelo heróico esforço, quase sempre individual ou de grupos resstritos, de evangelização missionária. Bandarra profetiza aos judeus da Beira e, depois, através de Heitor Lopes, aos judeus portugueses, o anúncio do Messias e a consumação para breve do Quinto Império.

³⁶ Especificamente sobre o bandarrismo, cf. Maria José Pimenta Ferro Tavares, “Bandarra e o Messianismo Judaico Português”, in *História de Portugal*, ed. cit., António Carlos Carvalho, “Messianismo, A Nossa Pesada Herança”, in *Ler*, Ed. Círculo de Leitores, N.º 29, Inverno de 1995, pp. 70-75, Elias Lipiner, *O Sapateiro de Trancoso e o Alfaiate de Setúbal*, Rio de Janeiro, Imago Ed., 1993, António Machado Pires, *D. Sebastião e O Encoberto*, Lisboa, Ed. F, Calouste Gulbenkian, 1982, António da Silva Neves, *Bandarra - O Profeta de Trancoso*, Mem Martins, Ed. Europa-América, 1990.

³⁷ Cf. Maria José Pimenta Ferro Tavares, “A expulsão dos judeus de Portugal”, in *História de Portugal*, ed. cit., pp. 25 - 34.

Contra a visão ontológica de Oliveira Martins³⁸, que interpreta o messianismo das *Trovas* e a sua fusão com o sebastianismo como a manifestação mais específica do génio da “raça portuguesa”, pensamos ter razão António Sérgio quando, realisticamente, opera uma identificação, na consciência nacional de seiscentos, entre as profecias de Trancoso e a aspiração independentista nascida pelo descalabro de Alcácer-Quibir³⁹: caso Portugal não tivesse perdido a independência, as *Trovas* dificilmente ultrapassariam o âmbito do messianismo cultural judaico. António Sérgio torna claro que o mito do Encoberto surge primeiro em Espanha, cerca de 1520, através de textos atribuídos a Santo Isidoro de Sevilha e a Merlim; em 1523, um judeu sublevara algumas populações de Valência, que o seguiam como a um Redentor e o designavam por O Encoberto; este caudilho de Valência, enforcado pelas autoridades, deixara alguns seguidores, cada um a si próprio se designando por O Encoberto “redivivo”. Um padre aragonês, frei João de Rocacelsa, compôs várias coplas onde anuncia igualmente a chegada do Encoberto. Simultaneamente, em Portugal, o alfaiate de Setúbal Luís Dias anuncia-se como o Redentor. Não é de estranhar, assim, que Bandarra, em Trancoso, terra raiana e fortemente judaica, vaze a sua inspiração poética glosando temas bíblicos do Antigo Testamento que profetizavam o reino da libertação e da abundância para um próximo futuro. Este incipiente e difuso movimento messiânico, de fundo lírico, evidencia as dificuldades económicas ou mesmo a impossibilidade de sustentar o império mundial que os reinos da Península haviam edificado e, face ao esgotamento dos recursos e à decadência prevista, restava somente sonhar ou re-equacionar mentalmente o paraíso que fora perdido quando a Península fora pacificamente terra de três religiões.

Porém, diferentemente de Espanha, cujo gesto messiânico se perdeu historicamente, em Portugal a perda da independência veio plasmar as profecias de Bandarra no desejo popular de independência, doando corpo místico aos rumores de sobrevivência de D. Sebastião em Marrocos e da sua peregrinação à Terra Santa como expiação do desastre nacional que fora Alcácer-Quibir.

As *Trovas*, independentemente do real ou falso valor profético que podem possuir e independentemente da intenção do seu autor, transformaram-se rapidamente numa espécie de materialização concreta da comprovação “factual” que o espírito judaico necessitava para solidificar a aceitação generalizada da aparição do Messias nos próximos tempos. Um conjunto de outros acontecimentos em outras localidades do reino vieram dar mais força, por um lado, à crença messiânica e, por outro, ao criptojudaísmo praticado entre os cristãos-novos. Diogo de Leão de Castanilha, sapateiro de Miranda do Douro, declarava que o Messias regressaria entre 1540 e 1544 e que conduziria o seu povo a Jerusalém. Morreu na Inquisição em 1544. Também para este sapateiro de Trás-os-Montes, o Messias identificava-se com o Encoberto à maneira de Bandarra. Com base em cálculos extraídos do *Livro de Daniel*, Diogo Mendes, tabelião de Miranda e discípulo de Diogo de Leão, alargava para 1575 a data do regresso do Messias. Em 1530, o alfaiate setubalense Luís Dias⁴⁰, que prega veladamente entre Setúbal e Lisboa, intitulou-se o Messias, prometendo para breve o fim

³⁸ Cf. Oliveira Martins, *História de Portugal*, Lisboa, Guimarães Editores, 1951, vol. II, pp. 79 ss.

³⁹ Cf. António Sérgio, “Interpretação não romântica do Sebastianismo”, in *Águia*, Porto, Ed. Renascença Portuguesa, II série, 1917, p. XI.

⁴⁰ Elias Lipiner, *O Sapateiro de Trancoso e o Alfaiate de Setúbal*, Rio de Janeiro, Imago Ed., 1993, obra que opera um paralelismo muito interessante entre Bandarra e Luís Dias.

do mundo; em 1542, a Inquisição condenou-o à morte pelo fogo; entretanto, Luís Dias reúne em torno de si um conjunto de crentes, entre os quais Francisco Mendes, o médico do Cardeal D. Afonso, irmão do Inquisidor-Mor, Cardeal D. Henrique. João Lopes, caixeiro em Lisboa (caixeiro designava então o mister de feitura de bombos) e outro Francisco Mendes, boticário em Setúbal, sequazes de Luís Dias, tinham tido relações com Bandarra, quando este viera a Lisboa. É de pressupor que uma grossa fatia dos cristãos-novos de Lisboa tivesse aceite Luís Dias por Messias, já que Mestre Gabriel, rabi oculto dos cristãos-novos, segundo testemunhos na Inquisição, o aceitava como tal (Mestre Gabriel fugiu do reino quando chamado a depor à Inquisição). Luís Dias, quando interrogado pela Inquisição sobre a existência de dois filhos seus circuncidados, responde que eles assim já tinham nascido, o que era considerado um sinal prodigioso entre os judeus. Luís Dias foi queimado, em 1541, pela Inquisição.

Em 1525, tinha chegado a Portugal o judeu David Rubeni, vindo de uma confidência com o Papa Clemente VII. David Rubeni apresentava-se como irmão de Joseph, que governava na Arábia um reino de 300 000 judeus. Vinha pedir ajuda à Cristianidade na luta contra o Turco e trazia igualmente como objectivo a unificação dos judeus da Diáspora. Recebido por D. João III, que lhe prometerá auxílio, nunca concretizado, a presença de David Rubeni em Portugal fez efervescer a mente dos cristãos-novos que anteviam na sua visita e no seu périplo pela Europa uma espécie de mensagem do Messias, já que a existência de um reino judeu na Palestina pressupunha a existência de um Messias que o governasse. Diogo Pires, cristão-novo e escrivão da Casa da Suplicação de D. João III, fazendo-se circuncidar, fez-se discípulo de Rubeni e tomou para si o nome hebraico de Solomon Molco (ou Molho ou Molcho). Salomão viajou por Itália, Salónica, Turquia e Palestina, congregando comunidades de judeus sefarditas e anunciando o aparecimento do Messias para o ano de 1540.

No século XVII, paralelo ao Sebastianismo, emergiu um movimento messiânico que veio abalar a comunidade sefardita espalhada pelo Mediterrâneo e Europa Central - o Sabatismo, de Shabbatai Zevi, judeu de Esmirna, na Turquia, nascido em 1626, e descendente de judeus peninsulares. Shabbatai estava convencido de que o ano de 1666 marcaria o fim dos tempos e que ele próprio, dotado de uma personalidade mística, com alterações de personalidade, era o Messias. E assim se anunciou, percorrendo a Terra Santa, onde foi anatemizado, casando com uma prostituta no Cairo e lançando um movimento redentor que se estenderia a todas as comunidades sefarditas, mesmo as europeias. Em 1666, porém, tendo sido preso pelo sultão turco, Shabbatai, sob pena de ser morto, abjura do judaísmo e converte-se ao Islão.

Esta é a atmosfera mental que Pe. António Vieira vem encontrar em Portugal em 1641: um judaísmo à flor da pele que, a partir de 1603, com a interpretação das *Trovas* do Bandarra por D. João de Castro (neto) tinha sido incorporado ou fundido no sebastianismo, e um país recém-libertado de Castela, cujo fervor patriótico inundava todos os discursos. A imagem de Bandarra encontrava-se exposta na Sé de Lisboa⁴¹, como se ele tivesse sido um santo, e neste mesmo ano de 1641 D. Álvaro de Abranches, governador da Beira, levanta novo sepulcro para o Bandarra na Igreja de S. Pe-

⁴¹ Cf. Adma Muhana, *Os Autos do Processo de Vieira na Inquisição*, S. Paulo, Ed. Unesp e Fund. Cultural do Estado da Bahia, 1995, p. 54.

dro da vila de Trancoso⁴². D. Vasco Luís da Gama, V Conde da Vidigueira e I Marquês de Nisa, embaixador de D. João IV em Paris, e, posteriormente, amigo de Pe. António Vieira, prepara de França a edição das *Trovas* do Bandarra, que serão publicadas em Nantes, em 1644. Esta edição é cuidadosamente encenada para que um conjunto de versos seja interpretado de modo a se identificar o novo rei por aclamação D. João IV com o Príncipe Encoberto. Nasce assim o joanismo como substituto do sebastianismo, que Pe. António Vieira comungará fortemente, utilizando os mesmos argumentos inscritos nesta edição das *Trovas*.

Em 1 de Janeiro de 1642, meses depois de ter chegado a Lisboa, o *Sermão dos Bons Anos*, pregado por Pe. António Vieira na Capela Real, marca, neste autor, a emergência da aceitação teórica do providencialismo português em forma de profetismo joanista. Todo o Sermão é atravessado por uma concepção ontológica do tempo segundo o qual existe neste uma espessura de sinais proféticos condutores à realização de acontecimentos segundo momentos divinamente pré-determinados: *a.* – sinais naturais (cometas, estrelas, conjunções planetárias, por exemplo); *b.* – revelações pessoais (os profetas, por exemplo); *c.* – o paradigma escondido da Sagrada Escritura, que, para além dos aspectos religiosos e morais revelados, de obrigatoriedade universal e intemporal, deverá ser interpretado segundo a circunstancialidade histórica concreta. A arte do prognóstico é, assim, a arte da conjunção destes três níveis de revelação num acontecimento singular (neste caso, o da Restauração de Portugal e o da aclamação de D. João IV). O *Sermão dos Bons-Anos* é justamente o primeiro texto de António Vieira onde esta arte de evidência profética é manifestada. Possui ele um objectivo claro: se o que foi profetizado já em parte se cumpriu (segundo a leitura joanista das *Trovas* do Bandarra da edição de Nantes e a leitura das palavras da aparição de Cristo a D. Afonso Henriques, segundo Bernardo de Brito), o que ainda não se cumpriu segundo a profecia igualmente se cumprirá, tal como Santa Isabel, prima da Virgem Maria, igualmente acreditou que todas as profecias do Arcanjo se cumpririam, embora só uma estivesse cumprida, a gravidez espiritual de Maria⁴³. E o que falta cumprir-se? É anunciado em outro parágrafo do mesmo *Sermão*: os portugueses serão vencedores de “*sangue de hereges na Europa, sangue de mouros na África, sangue de gentios na Ásia e na América, vencendo e sujeitando todas as partes do Mundo a um só Império, para todos em uma coroa as meterem gloriosamente debaixo dos pés do sucessor de S. Pedro. Assim o contam as profecias, assim o prometem as esperanças, assim o confirmam estes felizes princípios...*”⁴⁴. Esta frase, proferida no dia 1 de Janeiro de 1642, constitui não só a expressão directa da aceitação do providencialismo e do profetismo por Pe. António Vieira como, igualmente, a expressão ainda indirecta do que mais tarde, a partir de 1649, no regresso de Holanda, constituirá a teoria do Quinto Império do Mundo, o Reino de Cristo Consumado.

Face à situação financeira catastrófica de Portugal, Pe. António Vieira pregou, em Setembro de 1642, aos três estados da Corte para subvencionarem o tesouro real no pagamento da defesa militar contra Espanha. Em 1643, Pe. António Vieira redige, com o seu habitual sentido radical e profético, uma proposta de solução económica para o reino a D. João IV: a solução encontrava-se justamente nos mercadores judeus

⁴² Cf. António Machado Pires, *op. cit.*, p. 80.

⁴³ Pe. António Vieira, “Sermão dos Bons-Anos”, in *Obras Escolhidas*, Prefácio e Notas de António Sérgio e Hernâni Cidade, Lisboa, Ed. Sá da Costa, Vol X, p. 184.

⁴⁴ Idem, *ibidem*, pp. 188 – 189.

que tinham sido expulsos de Portugal e que faziam progredir as cidades e nações para onde se tinham exilado, como, por exemplo, a Holanda⁴⁵.

Assim, após Pe. António Vieira, em 1 de Janeiro de 1642, ter tomado partido entusiasmado pelo sebastianismo em forma de joanismo, um ano e pouco volvidos, em 3 de Julho de 1643, faz confluír àquela tese profética o dinheiro e o esforço dos judeus. Por uma via que alguns historiadores têm considerado oportunista, no sentido de que apenas o dinheiro dos judeus interessaria a P. António Vieira, posição esta, aliás, fortemente criticada, e com razão, por António José Saraiva⁴⁶, Pe. António Vieira aproxima-se pela primeira vez das teses judaicas, vindo na “gente da nação” um povo laborioso, enriquecedor das comunidades onde se insere e, o mais importante face à atmosfera religiosa de Portugal, em nada pervertor dos costumes tradicionais da Igreja Católica (até em Roma existem sinagogas, refere o autor). Nesta fase, não são ainda as ideias judaicas que cativam o pensamento de Pe. António Vieira, mas o capital mercantil dos judeus; no entanto, será por esta via que Pe. António Vieira se aproximará dos *senhores judeus de Ruão*, será por esta via que negociará empréstimos para a coroa de Portugal com Duarte Silva, cristão-novo de Lisboa (que, aliás, será preso pela Inquisição) e será, por esta via, que negociará capitais e créditos para D. João IV em Haia e Amesterdão.

Porém, Pe. António Vieira revela, no texto desta proposta, que já tem conhecimento das *Trovas* de Bandarra. Tentando convencer D. João IV e os elementos do Conselho Real, Pe. A. Vieira declara:

*que ... além de ser de fé que toda esta nação [judaica] se há-de converter e conhecer a Cristo, as nossas profecias [que profecias senão as de Bandarra?] contam esta felicidade entre os prodigiosos efeitos do milagroso reinado de Vossa Majestade; porque dizem que ao rei encoberto virão ajudar os filhos de Jacob e que por meio deste socorro tornarão conhecimento da verdade cde Cristo, a quem reconhecerão e adorarão por Deus.*⁴⁷

Os filhos de Jacob ajudarão Portugal e através desta ajuda tomarão conhecimento das verdades de Cristo, convertendo-se. Ora, é este texto o primeiro (1643) em que Pe. A. Vieira admite, ainda que incipientemente e sem o carreamento de provas posteriores, uma ideia que se conservará até ao fim da sua vida: judeus e cristãos esperarão juntos e harmonizados o fim dos tempos sob o Império temporal de um só senhor e Imperador temporal e um só Império espiritual de Cristo sob o domínio papal.

Face à situação de penúria financeira em que o reino se encontra, face à situação de prolongada demora da guerra de Espanha contra a França, que não permite que as tropas castelhanas se desloquem para Portugal, face à perda de possessões no Brasil para os holandeses e mesmo face à perda de Angola e S. Tomé (territórios exportadores de escravos) também para os holandeses, face ao isolamento internacio-

⁴⁵ Cf. a obra fundamental de Yosef Kaplan, *Judíos Nuevos en Amsterdam - Estudio sobre la historia social e intelectual del judaísmo sefardí en el siglo XVII*, Barcelona, Ed. Gedisa, 1996.

⁴⁶ Cf. António José Saraiva, *História e Utopia - Estudos sobre Vieira*, Lisboa, ICALP, 1992, p. 76.

⁴⁷ Pe. António Vieira, “Proposta Feita a El-Rei D. João IV, em que se lhe Representava o Miserável Estado do Reino”, in *Obras ...* ed. cit., Vol. IV, p. 24.

nal da nova dinastia de Bragança⁴⁸, Pe. António Vieira propõe que o comércio marítimo e o comércio interno do reino sejam abertos aos judeus sefarditas da Europa, principalmente aos de origem portuguesa. E apresenta 6 razões e 4 exemplos:

- 1 – Favorecer os homens da nação não é contra lei alguma, nem divina nem humana;
- 2 – Os teólogos aceitam que, para defesa e conservação dos reinos, os príncipes podem unir a si qualquer tipo de infiéis;
- 3 – Cristo aconselha que se deve dissimular a cizânia para sustentar as raízes do trigo, entendendo por cizânia os infiéis e por trigo os católicos;
- 4 – Para desenvolvimento do comércio, Portugal admite nos seus portos muitos hereges da Holanda, França e Inglaterra; os judeus são apenas mais uns hereges;
- 5 – A heresia dos protestantes é mais contagiosa que a heresia dos judeus, já que aqueles já são cristãos e estes não aceitam Cristo;
- 6 – A admissão dos judeus é obra de grande serviço de Deus e contribui para o aumento da nossa fé⁴⁹.

Os 4 exemplos são os seguintes:

- 1 – Os Reis Católicos de Espanha, sendo muito zelosos da igreja cristã, admitem e favorecem, no entanto, os homens da nação no seu território para efeitos de progressão do comércio;
- 2 – Os Reis de França, cristianíssimos, e particularmente Luís XIII, O Justo, que quase destruiu o seu reino para combater os hereges, não só não expulsou os judeus como lhes fez grandes favores;
- 3 – A mesma política seguiu o novo Rei Luís XIV, a República de Veneza, os Duques de Florença e todos os potentados católicos guardam os mesmos cuidados com os judeus;
- 4 – Finalmente, o próprio Papa, não só não diferencia cristãos-velhos de cristãos-novos, como igualmente permite a existência de sinagogas em Roma⁵⁰.

Pe. António Vieira empenha-se, assim, na defesa e promoção de uma política de óbvio favorecimento de atracção dos capitais judaicos para Portugal. Em 1649, seis anos depois, nas primeiras denúncias à Inquisição por parte de alguns frades seus adversários⁵¹, esta proposta será recordada como **o primeiro momento em que Pe. António Vieira escapa ao rigor ortodoxo** sob o qual Portugal então vive. No entanto, enquanto D. João IV viver, até 1656, e enquanto D. Luís de Gusmão for regente, Pe. António Vieira gozará sempre de protecção real.

Deste modo, nos dois *Sermões* a que fizemos referência e na *Proposta* apresentada em 1643 ao Rei D. João IV assiste-se à revelação lenta e gradual do pensamento profético de Pe. António Vieira, primeiro aceitando o joanismo, depois fazendo confluir o joanismo com o messianismo judaico. No entanto, tanto um como outro dos mo-

⁴⁸ Idem, *ibidem*, vol. IV, p. 9.

⁴⁹ Idem, *ibidem*, vol. IV, pp. 16 – 22.

⁵⁰ Idem, *ibidem*, vol. IV, pp. 18 – 19.

⁵¹ Cf. J. Lúcio de Azevedo, *História de António Vieira*, ed. cit., p. 136.

vimentos proféticos oferecem ainda uma doutrina relativamente vaga, sem um arquitectónica conceptual coerente garantidora da sua solidez profética. Apenas em Amesterdão, com Menasseh ben Israel, Pe. António Vieira encontrará os fundamentos rigorosos desta arquitectónica, bem como o nome que a sintetizará - Quinto Império do Mundo.

1646 - 1648:
Encontro com Menasseh ben Israel

Entre 1646 e 1648, Pe. A. Vieira desloca-se por duas vezes à Holanda com passagem pela França. Três são os objectivos básicos destas viagens:

- 1 - Conseguir casamento para o príncipe D. Teodósio;
- 2 - Desenvolver negociações com os holandeses sobre a guerra que estes travavam com Portugal no território do Brasil;
- 3 - Abrir as portas do comércio marítimo com os territórios africanos e americano de Portugal aos judeus portugueses residentes na comunidade sefardita da Holanda.

Destes três objectivos, falharão os dois primeiros e o terceiro, sendo um aparente sucesso inicial com a formação da Companhia das Índias Orientais e Ocidentais em 1649, subsidiada por capitais judaicos, revelar-se-á, posteriormente, um obstáculo ao franco desenvolvimento do comércio com o Brasil devido à monopolização das linhas marítimas por esta Companhia. Porém, o grande acontecimento destas duas viagens reside na precipitação que o pensamento profético de Pe. António Vieira sofre no aclaramento de todas as dimensões da doutrina do bandarrismo/sebastianismo/joanismo face às Sagradas Escrituras:

- 1 - Os mistérios e sinais da Bíblia passavam a fazer sentido;
- 2 - A História de Portugal, toda ela, passava a fazer sentido;
- 3 - A evangelização e a missionarização de franciscanos, jesuítas e outras ordens religiosas por toda a Ásia, África e América passavam a fazer sentido;
- 4 - A queda dos Lugares Santos e o cerco do Turco à Europa passavam a fazer sentido;
- 5 - A destruição do Reino de Israel e o desaparecimento das 10 Tribos de Israel passavam a fazer sentido;
- 6 - A morte de Cristo às mãos dos judeus e as próprias perseguições e matanças a este povo passavam a fazer sentido;
- 7 - A perda da independência de Portugal durante 60 anos e a subsequente Restauração pelo rei D. João IV e não por seu pai D. Teodósio ou por D. Sebastião passavam a fazer sentido;
- 8 - A sua própria vida, de Pe. António Vieira - nascido em Lisboa mas criado na Baía, em conjunto com o impulso juvenil de servir os jesuítas -, passava a fazer sentido.

E que sentido fazia? **O sentido que Pe. A. Vieira encontrara em Amesterdão fora o sentido total da história e do mundo concentrado num único ano, 1666, e numa única teoria englobalizadora, o Quinto Império do Mundo ou o Reino de Cristo Consumado.** E tão forte era a sua convicção na posse do mistério da humanidade que não hesitará, posteriormente, em defender publicamente que o rei D. João IV, tal como Cristo, terá de ressuscitar para que o Reino de Cristo Completo e Consumado ou Quinto Império se cumpra e generalize por toda a Terra.

O primeiro estudo que chama a atenção para a real importância da estadia de Pe. António Vieira em Amesterdão para a construção do edifício profético deste autor é de 1972. Pertence a António José Saraiva e foi publicado em *Studia Rosenthaliana*, justamente em Amesterdão⁵². Já então existia a obra citada de Raymond Cantel, um óptimo estudo sobre a história e o profetismo, mas é indubitavelmente A. J. Saraiva que, vivendo então em Amesterdão e tendo acesso a um conjunto de livros de autores judaicos publicados no século XVII, destaca as semelhanças entre o espírito profético de M. ben Israel e o de Pe. António Vieira, sendo que este começa a escrever a *História do Futuro* em 1649⁵³, isto é, no ano imediatamente a seguir ao do regresso da Holanda. O biógrafo de Pe. António Vieira, Lúcio de Azevedo, confere uma importância menor ao encontro entre o rabi judaico e Pe. António Vieira. No entanto, Hernâni Cidade, que, em conjunto com António Sérgio, fizera editar as *Obras Escolhidas de Pe. A. Vieira* na Ed. Sá da Costa, e, antes, nas comemorações dos 250 anos da morte deste, editara os *Sermões* na Agência Geral do Ultramar, e, ainda, em 1953, conseguira publicar na Livraria Progresso da Baía, Brasil, a *Defesa* de Pe. António Vieira face à Inquisição, realça desde logo a importância deste estudo de A. J. Saraiva, chamando a atenção para ele numa recensão crítica na *Colóquio Letras*⁵⁴.

Em síntese, que novidades traz ao pensamento de Pe. António Vieira o encontro numa estalagem entre este e M. ben Israel, depois de ter ouvido o rabi judaico de origem portuguesa na sinagoga de Amesterdão? Segundo A. J. Saraiva, podem resumir-se em dois aspectos:

1. A Questão das 10 Tribos Perdidas de Israel – P. A. Vieira ficou a saber que a Tribo de Ruben, uma das 10 Tribos perdidas de Israel, fora encontrada, em 1644, nos planaltos da Colômbia pelo mercador Aarão Levy, de nome português originário António de Montesinos - sinal miraculoso anunciador do fim dos tempos, já que Bandarra, seguindo o pensamento profético judaica, anunciara nos seus versos ser a Tribo de Ruben a primeira a ser encontrada;

2. A Questão do Messias – O Messias judaico é um homem entre os homens, não é um filho de Deus; é um libertador e um justiceiro; será o desencadeador do regresso

⁵² Posteriormente incluído em António José Saraiva, “António Vieira, Menasseh ben Israel e o Quinto Império”, in *História e Utopia* ... ed. cit., pp. 75-107. Como complemento, devem ler-se Yosef Kaplan, *Judíos Nuevos en Amsterdam*, ed. cit.; David Franco Mendes - J. Mendes dos Remédios, *Os Judeus Portugueses em Amesterdão*, ed. (fac-símile das edições de 1911 e 1975), estudo introdutório de Manuel Cadafaz de Matos e Herman Prins Salomon, Lisboa, Ed. Távola Redonda, 1990.

⁵³ Sobre a questão de saber se, em 1649, Pe. A. Vieira estava escrevendo a *História do Futuro* ou o início do *Clavis Prophetarum*, cf. palavras do próprio Vieira em *Os Autos do Processo de...* ed. cit., pp. 55; no entanto, comentadores presumem ter sido engano de Vieira, que se encontrava preso e sem os “seus papéis”, e que a *Clavis* ... não teria sido iniciada antes de 1663. Assim, seria a *História do Futuro* que Vieira iniciou no seu regresso de Holanda, em 1649.

⁵⁴ Cf. Hernâni Cidade, “Vieira à Luz de um Recente Estudo de António José Saraiva”, in *Colóquio-Letras*, Lisboa, Ed. F. Calouste Gulbenkian, n.º 12, Março de 1973.

de todos os judeus à Terra Santa onde, enfim, se tornarão membros de uma comunidade próspera e feliz. Este Messias humano ainda não veio. Pe. António Vieira teria assim concluído que a doutrina cristã, de índole eminentemente espiritual, não exclui a doutrina judaica sobre o Messias, de índole eminentemente temporal. A ligação entre a vinda do Messias e as profecias de Daniel também deveria ter sido objecto de disputa entre os dois pensadores. M. ben Israel afirmava que a pedra que parte a estátua no sonho de Nabucodonossor é o Messias, que quebraria o Quarto Império, o da Igreja Romana, e levantaria o reino dos justos, o Quinto Império terrestre dos judeus. A igreja católica considerava que o novo império do mundo depois do império romano da Igreja só poderia ser um Império espiritual, celeste, que se iniciaria depois do Apocalipse. Nasce, assim, uma forte divergência entre ambos: para os judeus, o Império do Messias será um Império terrestre e temporal, tendo como centro Israel; para Pe. António Vieira de 1647/8, representando o pensamento católico, o Império do Messias será necessariamente um Império celeste anunciado com o fim dos tempos e o segundo regresso de Cristo.

Três fortes conclusões deveriam ter sido retiradas por Pe. António Vieira deste encontro:

- 1 – Bandarra tivera razão: como ele profetizara, cerca de 100 anos antes, a primeira Tribo a aparecer foi a de Ruben;
- 2 – Os diversos sinais catastróficos que sucediam e se anunciavam por toda a Europa, como a ameaça latente do Turco invadir a Áustria e dominar a Itália e a terra papal e os príncipes católicos adversos uns contra outros (Guerra de Espanha contra a França; Espanha a querer dominar Portugal) deviam ser interpretados como sinais do fim dos tempos;
- 3 – A leitura profética que Pe. António Vieira próprio fizera da História de Portugal, em 1642, deveria ser unida à leitura profética judaica e, cruzadas ambas as interpretações, deveriam formar o corpo total da teoria do Quinto Império.

Em 1649, iniciando a escrita da *História do Futuro*, que nunca terminará, Pe. A. Vieira começa a dar forma de letra ao trabalho de exegese bíblica em que fundamentará toda a estrutura profética da teoria do Quinto Império.

***T**eoría profética de Pe. António Vieira segundo Esperanças de Portugal*

Como evidenciámos, o espírito profético em Pe. António Vieira emerge de uma confluência e fusão entre duas correntes messiânicas existentes em Portugal na primeira metade do século XVII:

- 1 – O sebastianismo/joanismo, com base nas *Trovas* de Bandarra, primeiro difundidas em manuscrito e, a partir de 1603, em livro impresso, com a edição de D. João de Castro (neto), de tendência claramente sebastianista, e a partir de 1644, com a edição de Nantes de D. Vasco Luís da Gama, edição que identifica o Encoberto com D. João IV;

- 2 – O messianismo judaico, de forte expressão no interior das comunidades sefarditas do Mediterrâneo e da Europa Central e com reflexos entre nós através do criptojudaísmo. Neste caso, o texto fundamental continua a ser o das *Trovas* de Bandarra, embora a sua interpretação identifique o Encoberto, não com um rei português, mas com o Messias; a este livro, deve juntar-se toda a vasta literatura judaica que o Pe. António Vieira teve oportunidade de se informar durante a sua estadia em Amesterdão, principalmente o manuscrito do livro de Menasseh ben Israel, *Esperança de Israel*.

Assim, evidenciar-se-á o corpo doutrinário do espírito profético de Pe. António Vieira através de dois textos: o conteúdo da carta de 1659 deste autor ao Bispo Eleito do Japão, o jesuíta André Fernandes, carta intitulada *Esperanças de Portugal, Quinto Império do Mundo*, pela autoria da qual Pe. António Vieira foi chamado a depor à Inquisição em 1663; basear-nos-emos igualmente nas duas “Representações” apresentadas pelo Pe. António Vieira ao Tribunal da Inquisição como sua defesa e vulgarmente conhecidas pelo título *Defesa Perante o Tribunal do Santo Ofício*.

Comecemos pela análise de *Esperanças de Portugal, Quinto Império do Mundo*.

1. O QUE BANDARRA PROFETIZOU

1.1. O que profetizou e já foi cumprido

VERSOS	ACONTECIMENTOS
1. Antes que cerrem os quarenta Erguer-se-á grã tormenta Do que intenta, Que logo será mansada, E tomarão entrada De calada Não terão quem os afoite ⁵⁵ .	Revolta do Manuelinho, em Évora em 1637, em que o povo, instigado por pregadores jesuítas, contestou o poder castelhano em Portugal.
2. Já o tempo desejado É chegado, Segundo o firmal assenta; Já se chegam os quarenta Que se ementa Por um doutor já passado, O Rei novo é levantado. Já dá brado, Já assoma sua bandeira Contra a grifa parideira, Lagomeira Que tais pastos tem gostado ⁵⁶ .	Restauração e aclamação de D. João IV “grifa parideira” é Castela que por meio de casamentos veio a herdar Portugal. “Grifa” – leão e águia simbolizados nos escudos de Castela.

⁵⁵ Pe. António Vieira, “Esperanças de Portugal. Quinto Império do Mundo”, in *Obras Escolhidas*, ed, cit., p. 5.

⁵⁶ Idem, *ibidem*, p. 6.

3. Saia, saia esse Infante Bem andante, Seu nome é D. João. Tire e eleve o pendão Glorioso e triunfante ⁵⁷	O novo rei chama-se D. João e é de casa de Infantes.
4. Não acho ser deteúdo o agudo, Sendo ele o instrumento; Não acho, segundo sento O Excelente Ser falso no seu escudo; Mas acho que o lanudo Mui sisudo Que arrepelará o gato, E fá-lo murar o rato, de seu fato Leixando-o todo desnudo ⁵⁸ .	Marquês de Montalvão (Maranhão) é fiel a D. João IV; ordena de imediato a aclamação popular da Restauração; Bandarra sente que ele é excelente, mas a mulher e os filhos traíram D. João IV. Conde de Aveiras (Índia) é indeciso, o povo aclama o novo Rei, mas ele “arrepela”: o gato indeciso a caçar o rato. Conde Aveiras, muito cabeludo, veio riquíssimo da Índia, deixando-a “desnuda”.
5. Não tema o Turco, não, Nesta sezão, Nem o seu grande mourismo, Que não conheceu baptismo, Nem o crismo, É gado de confusão... ⁵⁹	Constatação que a vitória sobre o Turco ainda há-de demorar; Primeiro D. João terá de restabelecer o reino.
6. O Rei novo é acordado. Já dá brado, Já ressoa o seu pregão, Já Levi lhe dá a mão, Contra Sichem demandado ⁶⁰ .	Quando chegar o tempo de luta directa contra o Turco, D. João IV há-de ressuscitar, Levi, o Papa, há-de reconhecê-lo (1669) e ambos lutarão com Sichem, o Turco, que domina Jerusalém.
7. Vejo subir um Infante No alto de todo o lenho ⁶¹ .	Infante D. Afonso porque o príncipe, o primogénito, D. Teodósio, morreu. o “lenho” é a parte da “roda triunfante” que é a vida: a vida deu mais uma volta.
8. Vejo subir um Fronteiro Do Reino de trás da serra, Desejoso de pôr guerra esforçado cavaleiro ⁶² .	O Fronteiro é João de Vasconcelos, Mestre de Campo General e Governador de Armas do Alentejo que é esforçado e desejoso de batalhar, mas comandante inábil.
9. Este será o primeiro Que há-de pôr o pendão Na cabeça do dragão Derrubá-lo por inteiro ⁶³ .	Profecia do futuro – o “Dragão” é o Turco, que vem do Oriente, e D. João IV há-de vencê-lo.

⁵⁷ Idem, *ibidem*, p. 7.

⁵⁸ Idem, *ibidem*, pp. 8 – 9.

⁵⁹ Idem, *ibidem*, p. 12.

⁶⁰ Idem, *ibidem*, p. 13.

⁶¹ Idem, *ibidem*, p. 14.

⁶² Idem, *ibidem*.

⁶³ Idem, *ibidem*, p. 16.

1.2. O que profetizou e ainda não foi cumprido

VERSOS	ACONTECIMENTOS
10. Vejo, vejo, direi vejo, Agora que estou sonhando Semente de El-Rei D. Fernando Fazer um grande despejo, E sair com grão desejo, E deixar sua vinha. E dizer: “esta casa é minha, agora que cá me vejo” ⁶⁴ .	D. João IV é quarto neto do rei D. Fernando de Espanha. Parte com “grão desejo” para Jerusalém e aqui, na Casa Santa, dirá: “Esta casa é minha”.
11. Vi um grande leão correr, e fazer sua viagem, E tomar o porco selvagem Na passagem Sem nada lhe defender ⁶⁵ .	O “leão” é D. João IV; “Viagem”: partida para Jerusalém; “Porco selvagem”: o Turco; “Passagem” Mediterrâneo.
12. Este rei de grão primor Com furor, Passará mar salgado, Em um cavalo enfreado E não selado, Com gente de grão valor. Este diz que socorrerá E tirará Aos que estão em tristura. Deste conta a Escritura Que se apura Que o campo despejará ⁶⁶ .	D. João IV; Mediterrâneo; À frente de uma armada Itália que será tomada pelo Turco.
13. Também os Venezianos Com as riquezas que têm, Virá o Rei de Salém, Julgá-los por mundanos ⁶⁷ .	Os italianos serão tomados pelos Turcos; O Turco era Senhor de Jerusalém.
13. Já os lobos são entrados de alcateia nas montanhas, Os gados têm esfolados, E muito alobegados. Fazendo grande façanha. O pastor-mor se assanha E junta seus ovelheiros, Esperta sua campanha Socorre os seus pegureiros ⁶⁸ .	Os Turcos; Papa; Príncipes católicos; Parece que os Príncipes estão dormindo faze ao perigo do Islão.

⁶⁴ Idem, *ibidem*, p. 19.⁶⁵ Idem, *ibidem*, p. 20.⁶⁶ Idem, *ibidem*.⁶⁷ Idem, *ibidem*, p. 21.⁶⁸ Idem, *ibidem*.

14. A Lua dará grande baixa Segundo o que se vê nela, E assim os que têm com ela, Porque se lhes acaba a taxa. Abrir-se-á aquela caixa Que até agora foi cerrada, E entregar-se-á forçada Envolta na sua faixa ⁶⁹ .	O Islão; Acaba o tempo prescrito; simboliza o fim do Império Otomano.
15. Um grande leão se erguerá, E dará grandes bramidos; Seus brados serão ouvidos A todos assombrará; Correrá e morderá E fará mui grandes danos, E nos reinos africanos A todos sujeitará. Entrará mui esforçado, Será de toda a maneira; De cavalos de madeira Se verá o mar coalhado, Passará a dará brado. Na Terra da Promissão Prenderá o velho cão Que anda mui desmandado ⁷⁰ .	D. João IV Armada dos Príncipes Católicos; Terra Santa será libertada; O Sultão Turco.
16. Já o leão é esperto Mui alerta, Já acordou, anda caminho, Tirárá cedo do ninho O porco; e é mui certo, Fugirá pelo deserto Do leão e seu bramido; Demonstra que vai ferido Desse bom rei Encoberto ⁷¹ .	D. João IV; Turco; Os exércitos turcos fogem, são derrotados; D. João IV.
17. Ó senhor tomai prazer, Que o grão porco selvagem Se vem já do seu querer Meter em vosso poder, Com seus portos e passagem ⁷² .	Turco; O Sultão submete-se finalmente a D. João IV. A Terra santa é libertada.
18. Tanja-se a gaita maior, Junte-se todo o rebanho, Eu com o vosso pastor Com mui grã soma de amor Vamos a partir o ganho. Tudo nos é sofranganho, Montes, vales e pastores; Descansai, ó bailadores, Que não entre aqui estranho ⁷³ .	Alegria da vitória sobre o Islão; Os Príncipes Católicos; D. João IV e o Papa; Dividir as terras conquistadas; Não volte aqui o Turco.

⁶⁹ Idem, *ibidem*, p. 22.

⁷⁰ Idem, *ibidem*, pp. 22 – 23.

⁷¹ Idem, *ibidem*, p. 24.

⁷² Idem, *ibidem*.

⁷³ Idem, *ibidem*, pp. 24 – 25.

- | | |
|--|--|
| <p>19. Sus! Antes de mais extremos
Baile Fernando e Constança,
E pois que já tudo vemos,
Pelo bem que lhe queremos
Seja ele o mestre de dança⁷⁴.</p> | <p>“Constança”: Constantinopla; “Fernando”:
nome suposto de D. João IV ou, então, seu
novo nome de depois de ressuscitado porque
O Encoberto terá nome de ferro (Ferrante).</p> |
| <p>20. De quatro reis, o segundo
Levará toda a vitória⁷⁵.</p> | <p>D. João IV ressuscitado pode tomar o nome
de Fernando, o Segundo.</p> |
| <p>21. De perdões e orações
Irá fortemente armado,
Dará nele Santiago.
Na volta que faz depois
Entrará com dois pendões
Entre porcos sedeúdos
Com fortes braços e escudos
De seus nobres infanções⁷⁶.</p> | <p>D. João IV regressará e entrará na Europa
ou em Portugal com “dois pendões”:
Rei de Portugal
e Imperador de Constantinopla.</p> |
| <p>22. Dizei, Senhor, poderemos
Ao grão-pastor falar?⁷⁷</p> | <p>Regresso das 10 Tribos perdidas de Israel. É o
Rei D. João IV que as apresentará ao Papa.</p> |
| <p>23. Portugal tem a bandeira
Com cinco quinas no meio,
E segundo ouço e creio
Ele é a cabeceira;
Tem das chagas a cimeira
Que em Calvário lhe foi dada,
E será rei da manada
Que vem de longa carreira⁷⁸.</p> | <p>Portugal e D. João IV serão os “cimeiros”
do poder temporal do V Império</p> <p>Portugal converterá a “manada”:
as 10 Tribos de Israel.</p> |
| <p>24. Vejo erguer um grão rei
Todo bem-aventurado,
E será tão prosperado
Que defenderá a grei;
Este guardará a lei
De todas as heresias,
Derrubará as fantasias
Dos que guardam o que não sei⁷⁹.</p> | <p>D. João IV como imperador temporal
do Reino de Cristo Consumado;</p> <p>Será o guardião secular e civil contra todas
as heresias; o Papa será o imperador
espiritual.</p> |
| <p>25. Todos terão um amor,
Assim gentios e pagãos
Como judeus e cristãos,
Sem jamais haver error.
Servirão a um só senhor,
Jesu Cristo que nomeio;
Todos crerão que já veio
O ungido Salvador⁸⁰.</p> | <p>O V Império tem como condição a conversão
universal de gentios, judeus e hereges.
Acabam os “erros” e todos adorarão
a Cristo como o único Senhor.
Os judeus igualmente acreditarão,
para sempre, que o Messias é Cristo.</p> |

⁷⁴ Idem, *ibidem*, p. 25.

⁷⁵ Idem, *ibidem*, p. 27.

⁷⁶ Idem, *ibidem*, p. 28.

⁷⁷ Idem, *ibidem*.

⁷⁸ Idem, *ibidem*, p. 34.

⁷⁹ Idem, *ibidem*, p. 35.

⁸⁰ Idem, *ibidem*.

A questão imediatamente tratada por Pe. António Vieira é a de persuadir o Bispo do Japão, a quem a carta fora endereçada, que o Rei que vencerá os Turcos e submeterá ao mundo ao Quinto Império é, de facto, o rei D. João IV. Os seus argumentos são explanados a seguir.

2. PROVAS DE QUE D. JOÃO IV SERÁ O V IMPERADOR DO MUNDO⁸¹

AFIRMAÇÕES DE BANDARRA	FACTOS HISTÓRICOS
1. O rei é semente de El-Rei D. Fernando	- D. João IV é 4.º neto de D. Fernando;
2. Este rei será novo	D. João IV é um novo rei; nunca antes o fora;
3. Rei levantado no ano de quarenta	- Em 1640 foi a aclamação;
4. Rei feliz e bem andante	Sempre foi "felicíssimo";
5. O seu nome é "João"	Justamente o nome do novo rei;
6. O rei seria reconhecido nas "conquistas"	- D. João IV foi reconhecido nos territórios conquistados;
7. Faria guerra a Castela;	Sempre a fez em todo o seu reinado;
8. Rei "mui excelente"	Rei de facto excelente;
9. Rei que não é de "casta goleima"	- D. João IV não é descendente da Casa de Áustria (casta de "gulosos e comilões");
10. Rei novo é primo e parente de reis	D. João IV é primo de três reis da Europa e parente dos demais;
11. Rei que vem de alta semente	D. João IV descende dos reis de Portugal;
12. Rei que descende dos reis de Levante até Poente	D. João IV descende dos reis de Portugal e Castela (Poente) e dos reis de Nápoles e Sicília (Levante);
13. Rei que tem um irmão bom capitão e que se desconhece a irmandade	O irmão D. Duarte é bom capitão, mas "não sabemos quão seu irmão é El-Rei em ser bom capitão";
14. O novo Rei é das terras e comarca	D. João IV é das terras da comarca porque é natural de Vila Viçosa;
15. Rei guardador da lei e da justiça	O que fez D. João IV;
16. Rei que não será recebido pelo Papa até um certo tempo	D. João IV não foi reconhecido pelos três pontífices;
17. Rei que, mesmo aclamado pela boca, não será seguido pelo coração de todos	O que aconteceu depois da Restauração;
18. Rei que há-de ser todo perfeito.	Quando El-Rei ressuscitar há-de ser todo perfeito.

⁸¹ Idem, *ibidem*, pp. 43 – 45.

3. PROVAS DE QUE O ENCOBERTO É D. JOÃO IV E NÃO D. SEBASTIÃO ⁸²

Seguidamente, Pe. António Vieira questiona-se se algumas daquelas características não poderiam ser convenientes com a figura de D. Sebastião reaparecido ou, mesmo, ressuscitado. Ao seu modo particular de escrever, elabora 14 polarizações contrastantes para provar que só D. João IV pode ser o Encoberto:

BANDARRA	D. SEBASTIÃO	D. JOÃO IV
1. Rei novo	Rei velho	Rei novo;
2. Seu nome é João	Não é	É;
3. Rei novo é infante	Príncipe	Infante;
4. Rei bem andante e feliz	Infelicíssimo	Sim;
5. “Sai, Saia”, diz Bandarra	“Não saia, não saia”	“Saia, saia”;
6. Não é da “casta goleima”	É da Casa de Áustria	Não é;
7. Primo e parente de reis	Neto de reis;	Primo de reis;
8. Tem um irmão bom capitão	Não teve irmãos vivos;	D. Duarte;
9. É das terras da Comarca	É da capital, Lisboa	É de V. Viçosa;
10. Guerra com Castela	Não teve	Teve;
11. Justiceiro	Força e valentia	Justo;
12. Não reconhecido pelos Papas	Sim	Não;
13. “Lhe não achou nenhum senão”	Perdeu-nos	Sim;
14. Semente de Rei D. Fernando	Sim	Sim.

Logo, com excepção da última prova, que também é conveniente a D. Sebastião, todas as restantes se inclinam para a identificação entre D. João IV e o Encoberto.

4. A ARQUITECTÓNICA DO QUINTO IMPÉRIO

Para efeitos de apresentação, figura-se a arquitectónica do Quinto Império em 7 momentos diferenciados:

4.1. O que é o Quinto Império

O Quinto Império consiste no estado perfeito e realizado ou consumado do Reino de Cristo em todo o mundo; é o reino em que todos os Príncipes e nações e

⁸² Idem, *ibidem*, pp. 357 – 58.

povos viverão em paz segurança, cessarão todas as guerras, as comunidades serão boas observantes da lei divina, sendo Cristo adorado e obedecido por todos⁸³; pressupõe-se que a justiça seja universal, o bem-estar pleno e todas as qualidades humanas negativas desaparecerão.

4.2. Em que fontes se inspira a teoria do Quinto Império

São quatro as fontes de que Pe. António Vieira se serve:

- 1 – No *Livro de Daniel* onde se narra o sonho da estátua de Nabucodonossor e a sua interpretação pelo profeta Daniel⁸⁴;
- 2 – No mesmo Livro, a interpretação das Quatro Bestas saídas do mar correspondentes aos Quatro Impérios⁸⁵;
- 3 – A visão das Quatro Carroças do profeta Zacarias⁸⁶;
- 4 – Diversos versos das *Trovas* do Bandarra, principalmente as referentes ao Encoberto identificado como D. João IV, já atrás enunciados.

4.3. Onde se localizará o Quinto Império

O Quinto Império localizar-se-á na Terra, na totalidade geográfica da Terra, e não no Céu segundo a ortodoxia católica⁸⁷.

4.4. Quando se cumprirá o Quinto Império

A resposta a esta questão deve ser dividida em quatro níveis diferentes:

a. Relação temporal de continuidade com a actualidade:

– Por sua vez, o processo de realização integral do Quinto Império divide-se em três sucessividades temporais:

- a.1. Império de Cristo Incoado - correspondente ao passado desde o nascimento de Cristo até ao momento da expansão da Igreja por todo o mundo;
- a.2. Império de Cristo Incompleto - correspondente à actualidade de Pe. António Vieira;
- a.3. Império de Cristo Completo ou Consumado - correspondente à plena realização do poder de Cristo por todo o mundo⁸⁸.

– A plena realização do Quinto Império opera-se em momentos sucessivos:

- a.4. Primeiro, convertem-se os gentios ou povos gentílicos;

⁸³ Pe. António Vieira, *Defesa perante o Tribunal do Santo Officio*, Salvador, Bahia, Livraria Progresso, 1957, I vol., p. 22 ss.

⁸⁴ Idem, *ibidem*, p. 235.

⁸⁵ Idem, *ibidem*, pp. 236 – 237, vol. II, p. 6.

⁸⁶ Idem, *ibidem*, p. 238.

⁸⁷ Idem, *ibidem*, p. 257.

⁸⁸ Idem, *ibidem*, p. 271 ss.

- a.5. Depois, convertem-se as nações judaicas⁸⁹;
- a.6. Todas as heresias serão combatidas e eliminadas;
- a.7. Então, nascerá simultaneamente em toda a Terra o Reino de Cristo Consumado⁹⁰.

b. Efectivação da transição entre o Reino de Cristo Incompleto e Completo:

- b.1. Haverá um dilúvio de sangue como se fosse um novo baptismo, ou seja, uma mortandade anterior (pressupõe-se que a partir da guerra contra o Turco)⁹¹;
- b.2. Cada vez maior vocação de padres⁹²;
- b.3. Orações a Cristo;
- b.4. Orações à Virgem Maria⁹³;
- b.5. Através da difusão da palavra de Cristo pelos Pregadores⁹⁴;
- b.6. Pela iluminação do Espírito Santo⁹⁵;
- b.7. Pelo poder militar dos reinos cristãos (D. João IV)⁹⁶;
- b.8. Através de milagres⁹⁷.

c. Quanto tempo dura o Quinto Império:

Não se sabe⁹⁸.

d. Quando acaba o Quinto Império:

O Quinto Império terminará com o aparecimento do Anti-Cristo⁹⁹.
O domínio do Anti-Cristo durará 45 dias¹⁰⁰.

4.5. Quem promove o Quinto Império

Dois futuros Imperadores serão destinados a promover o Quinto Império:

- a. O Sumo Pontífice - Imperador Espiritual;
- b. O Rei D. João IV- o Imperador temporal¹⁰¹.

4.6. O que acontece quando se iniciar o Quinto Império

Vários prodígios acontecerão:

- 1 – Toda a terra e todas as gentes serão reconvertidas a Cristo¹⁰²;

⁸⁹ Idem, *ibidem*, pp. 313 e 334.

⁹⁰ Idem, *ibidem*, p. 286.

⁹¹ Pe. António Vieira, “Esperanças de Portugal. Quinto Império do Mundo”, in *Obras Escolhidas*, ed, cit., p. 65.

⁹² Pe. António Vieira, *Defesa perante o Tribunal do Santo Ofício*, ed. cit., II vol., p. 50.

⁹³ Idem, *ibidem*, p. 51.

⁹⁴ Idem, *ibidem*, p. 52.

⁹⁵ Idem, *ibidem*, p. 53.

⁹⁶ Idem, *ibidem*, p. 55.

⁹⁷ Idem, *ibidem*, pp. 57 e 60.

⁹⁸ Idem, *ibidem*, p. 218.

⁹⁹ Idem, *ibidem*, p. 236.

¹⁰⁰ Idem, *ibidem*, p. 238.

¹⁰¹ Idem, *ibidem*, II vol., p. 60.

¹⁰² Idem, *ibidem*, I vol., pp. 276 – 280.

- 2 – Todos os reis e reinos se sujeitarão a Cristo¹⁰³;
- 3 – Os judeus regressarão à sua Terra Prometida¹⁰⁴;
- 4 – Constatar-se-á que o Messias dos Judeus não é o Messias dos Cristãos; logo, poderão harmonizar-se ambos os Messias - o primeiro, de carácter temporal; o segundo, espiritual¹⁰⁵;
- 5 – As 10 Tribos perdidas de Israel serão encontradas na Terra Incógnita ou Austral¹⁰⁶;

4.7. Qual será o estado dos homens no Quinto Império

- 1 – O estado de justiça e santidade¹⁰⁷;
- 2 – O estado de paz universal¹⁰⁸;
- 3 – Não existirão gozos carnaís; pelo contrário, existirá um estado de muita sobriedade¹⁰⁹.

Como se constata pelos sete pontos enunciados, a estrutura do Quinto Império recebeu uma sólida influência seja do sebastianismo/joanismo (D. João IV aqui se encontra como futuro Imperador temporal do mundo; as *Trovas* do Bandarra continuam a ser referidas e este autor é considerado um verdadeiro profeta), seja do judaísmo (a referência à imagética simbólica judaica do Antigo Testamento, do Leão de Judá, das 10 Tribos perdidas, do regresso triunfal à Terra Santa, da aceitação do Messias judaico limitado a um condutor político de multidões...).

Com efeito, a obra profética de Pe. António cruza a influência providencialista nacionalista ou sebastianista com a influência profética judaica.

O ano de 1666

Diversos autores judaicos apontavam cabalisticamente um ano determinado para o aparecimento do Messias:

Salomão Molco	1540
Diogo Leão de Castanilha	1540-44
Diogo Mendes	1575.

Alguns sebastianistas também apresentavam diversas datas para o reaparecimento de D. Sebastião e demos como exemplo:

Manuel Bocarro Francês	1654.
------------------------	-------

O movimento Sabatista, de Shabbatai Levi, apontava um ano explícito para o início do processo de reunião de todos os judeus em diáspora e do consequente regresso à Palestina;

¹⁰³ Idem, *ibidem*, p. 282.

¹⁰⁴ Idem, *ibidem*, pp. 87 – 245.

¹⁰⁵ Idem, *ibidem*, pp. 147 – 148.

¹⁰⁶ Idem, *ibidem*, p. 115.

¹⁰⁷ Idem, *ibidem*, p. 162.

¹⁰⁸ Idem, *ibidem*, p. 205.

¹⁰⁹ Pe. António Vieira, *Os Autos do Processo de Inquisição...*, ed. cit., p. 172.

Shabbatai Levi

1666.

Pe. António Vieira, evidenciando em todos os aspectos as influências das duas correntes atrás citadas, aponta igualmente um ano para o momento inicial de instauração da Terra do Reino de Cristo Consumado ou V Império:

P. António Vieira

1666.

De facto, esta data emerge como o ano instrumental de viragem entre a 2.^a fase do Quinto Império, o Reino de Cristo Incompleto, e a sua plena realização ou Reino de Cristo Consumado. São quatro os grandes argumentos apresentados por Pe. António Vieira tanto em *Esperanças de Portugal, Quinto Império do Mundo*, como na sua *Defesa* perante o Tribunal da Inquisição:

1. Provas pelas Trovas de Bandarra¹¹⁰:

- | | |
|---|--|
| 1.a. E achei no seu contar,
Segundo aqui representa,
Que assim Gad como agar,
Que tudo se há-de acabar,
Dizendo cerra os setenta. | Gad são os judeus;
Agar são os agarenos ou turcos;
Quando os anos setenta acabarem,
judeus e turcos estarão reconvertidos. |
| 1.b. E depois delas entrarem,
Tudo será já sabido;
Aqueles que aos seis chegarem,
terão quanto desejarem,
E um só Deus será conhecido. | 666: o n.º da Besta no <i>Apocalipse</i> ;
Era dos seis: os anos 60;
Era dos seis: 666 entram três seis;
Logo: só um Deus reinará. |
| 1.c. E nestes seis
Vereis cousas de espantar
(...)
Desde seis até setenta
que se amenta
Do rei que virá livrar. | Novamente a era dos seis;
Declaração expressa que é durante a
década de sessenta que tudo se irá
consumar. |
| 1.d. Vejo quarenta e um ano
Pelo correr do planeta,
Pelo ferir do cometa
Que demonstra ser gão dano. | Dez. 1618 a Jan 1619 apareceu o
último cometa; 1619 +41 anos = 1660:
início dos sessenta;
“grão dano” porque tudo vai mudar. |
| 1.e. Trinta e dois anos e meio
Haverá sinais na terra.
A Escritura não erra,
Que aqui faz o conto cheio.
Um dos três que vem arreio,
Demonstra grande perigo,
Haverá açoute e castigo
Em gente que não nomeio. | “Contos cheios são n.ºs que acabam em 0.
Trinta anos duas vezes e meio
ano duas vezes = 61 anos = desde a
morte de D. Henrique até à aclamação
de D. João IV; os três de arreio
são três contos cheios = 30 anos; logo,
1640+30=1670; isto é, até 1670, “haverá
açoute e castigo”, “grande perigo”. |

¹¹⁰ Pe. António Vieira, “Esperanças de Portugal. Quinto Império do Mundo”, in *Obras Escolhidas*, ed, cit., pp. 59 – 62.

¹¹¹ Pe. António Vieira, *Defesa perante o Tribunal do Santo Ofício*, ed. cit., II vol., pp. 14 – 15.

2. Provas pelo *Apocalipse*

2.1. Prova pelo Número da Besta:

No *Apocalipse* de S. João vem referido o número 666 como o número da Besta. Pe. Antônio Vieira, contra a ortodoxia católica, não interpreta a Besta como o Anti-Cristo, mas como a deflagração final do mundo antes do Quinto Império. O Anti-Cristo aparecerá no momento final do Quinto Império para assistir à total eliminação do mal e à eterna glorificação de Cristo¹¹¹.

2.2. Prova pelo nome de Mahomet:

Mahomet é o fundador do Islamismo ou Maometismo. Se se recorrer à forma do genitivo grego de Maomé, sem o “agá”, ligando cada letra grega, língua em que foi escrito o *Apocalipse*, ao número respectivo que neste alfabeto corresponde à numeração, temos 666:

M	A	O	M	E	T	I	S
40	1	70	40	5	300	10	200 ¹¹² .

2.3. Prova pela idade de Cristo:

Cristo viveu 33 anos e três meses. No *Apocalipse*, Cap. 9, é interpretado que a heresia de Lutero durará “5 meses”, sendo que nestes “meses” cada dia corresponde a 1 ano. Assim:

5 “meses” x 33 anos = 1665, logo perto da “era em que estamos” (1666)¹¹³.

3. Provas por Sinal transcrito no Livro de Daniel

No *Livro de Daniel* é citado o domínio do **cornu parvum** sobre o mundo; este é identificado por inúmeros autores como o Império Otomano. No Livro, o anjo diz a Daniel que esta tirania duraria “tempo e tempos e metade de tempo”. Ora, segundo Pe. A. Vieira, fundado em outros autores, “tempo” significa 100 anos e, consequentemente, metade de “tempo” significa 50 anos e “tempos” (plural) significa o dobro de 100 anos.

Assim, temos: 100 + 200 + 50 = 350 anos

Como o Império dos Muçulmanos começou cerca de 1300, então:

1300 + 350 = 1650 anos, isto é, “pouco mais ou menos o tempo da era de 1660 e do ano de 1666, em que estamos”¹¹⁴.

4. Prova pelo Testemunho de Mahomet

O próprio Mahomet teria dito que o seu reino duraria mil anos; como, contando-se o tempo árabe, o seu reino começou cerca de 630, então 1630 perfaz mil anos de duração¹¹⁵.

¹¹² Idem, *ibidem*, pp. 15 e 261.

¹¹³ Idem, *ibidem*, pp. 257 – 258.

¹¹⁴ Idem, *ibidem*, p. 256.

¹¹⁵ Idem, *ibidem*.

Bem, que irá acontecer ao longo da década de sessenta até ao culminar do ano de 1666? Pe. António Vieira em *Esperanças de Portugal* aponta seis grandes prodígios:

OS SEIS PRODÍGIOS ENTRE 1660 E 1666¹¹⁶

1 – Na Península Ibérica, ver-se-á o rei de Portugal ressuscitado (D. João IV) e o reino de Castela dominado e vencido;

2 – Em Itália, ver-se-á o Turco “barbaramente vitorioso” e, depois, desbaratado e posto em fuga;

3 – A Europa assistirá à geral “suspensão” das armas entre todos os Príncipes cristãos, católicos e não católicos;

4 – Ver-se-á “ferver o mar e a terra” em armadas e exércitos contra o Turco;

5 – Na África e na Ásia, e nas partes ocupadas da Europa, o Império Otomano será eliminado e El-Rei de Portugal, D. João IV, será nomeado Imperador de Constantinopla;

6 – As 10 Tribos de Israel, “desaparecidas há dois mil anos”, reaparecerão e adorarão a Cristo, reconhecendo-o como o Messias espiritual.

Devido a acumulação de provas desde 1644, em 1663 é definitivamente instaurado um processo a Pe. António Vieira pela Inquisição; em 1665, Pe. António Vieira é preso em Coimbra e, depois, a seu pedido, segue para um mosteiro perto do Porto.

1666, em vez de se ter tornado um *annus mirabilis*, tornou-se, de facto, um *annus horribilis*: Pe. António Vieira esteve todo o ano preso, redigindo a sua *Defesa* perante o Santo Ofício e o ano passou-se sem que um daqueles acontecimentos tivesse sucedido. Mesmo evidenciando-se o total fracasso das suas profecias, Pe. António Vieira nunca as alterou, limitando-se a aclimatá-las à circunstancialidade do tempo: quando, 22 anos depois, em 1688, nasceu o Príncipe D. João, filho de D. Pedro II, Pe. António Vieira desenterra o seu espírito profético e, em sermão famoso, aplica ao Príncipe e ao seu nascimento o mesmo pensamento que aplicara a D. João IV, só que... o *Sermão*¹¹⁷ de Vieira é de 16 de Dezembro de 1688, na Baía, e o Príncipe, que seria finalmente o Messias temporal do Quinto Império, tendo nascido em Agosto, morrera em Setembro sem que, em Dezembro, nada se soubesse ainda no Brasil...

¹¹⁶Pe. António Vieira, “Esperanças de Portugal. Quinto Império do Mundo”, in *Obras Escolhidas*, ed. cit., pp. 64 – 65.

¹¹⁷Pe. António Vieira, “Palavra de Deus Empenhada e Desempenhada - Desempenhada no Sermão de Acção de Graças pelo Nascimento do Príncipe D. João”, in *Sermões*, (Estudo Biográfico e Crítico de Hernâni Cidade), Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1940, Vol I, pp. 189-231.